



**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

1. Informações gerais

A MRS Logística S.A. ("MRS" ou a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com prazo de duração indeterminado, constituída em 30 de agosto de 1996, com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996.

A Companhia poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços de transporte ferroviário, objeto da concessão obtida pelo período de 30 anos, a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis, em caso de interesse manifesto de ambas as partes, até o limite máximo de 30 anos por decisão exclusiva da Concedente, a Companhia arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga.

O contrato de concessão estabelece metas a serem cumpridas pela Companhia, relacionadas com o aumento da produção no transporte de cargas e com a redução do número de acidentes nas linhas férreas. Caso essas metas não sejam alcançadas, a União Federal poderá determinar, por decreto federal, a intervenção na Companhia, pelo prazo máximo de 180 dias, ao final do qual a concessão poderá ser extinta ou devolvida à Companhia. A concessão poderá ser extinta dentro das seguintes hipóteses legais: (i) término do prazo contratual; (ii) encampação; (iii) caducidade; (iv) rescisão; (v) anulação da licitação; (vi) falência ou extinção da Companhia. Em qualquer hipótese de extinção da concessão, a Companhia será indenizada pela União Federal pelo saldo não depreciado dos investimentos realizados e declarados reversíveis pelo Poder Concedente. Em 31 de dezembro de 2015, a MRS estava em dia com o cumprimento das metas citadas acima.

A Administração da Companhia informa que parte relevante do capital circulante líquido negativo apresentado em 31 de dezembro de 2015, refere-se a vencimentos de dívida concentrados no final de 2016. Entende, ainda, que este cenário será revertido ao longo do ano mediante a renegociação antecipada de tais vencimentos ou por meio de novas captações de recursos de longo prazo via instituições financeiras ou mercado de capitais local.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas em definitivo pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de março de 2016.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, sendo que determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) estão mensurados ao valor justo.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 3.

2.2 Apresentação de informações por segmentos

Em função da Companhia prestar unicamente serviços de transporte ferroviário de cargas, para fins contábeis e gerenciais, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. As operações da Companhia são controladas, gerenciadas e monitoradas pela administração de forma integrada.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua "a moeda funcional". Desta forma, as demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$).

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa, bem como outros ganhos e perdas cambiais, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera caixa e equivalentes de caixa os numerários em espécie, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de conversibilidade imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias, em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação e mensuração inicial

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os instrumentos financeiros da Companhia incluem contas a receber, partes relacionadas, caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, além dos ganhos em operações com instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelos seus valores justos deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto para instrumentos que sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

2.5.2 Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende da classificação, que pode ser da seguinte forma:

(i) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Após reconhecimento inicial os custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de contabilidade de cobertura definidos pelo CPC 38.

(ii) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos, para os quais a entidade tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem Contas a receber de clientes e Partes relacionadas, Outros recebíveis, Caixa e equivalentes de caixa e Caixa restrito.

Estas contas a receber, normalmente, são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao seu valor presente quando considerado relevante, e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por montante considerado suficiente para fazer face às perdas prováveis na realização dos créditos sem perspectiva de recebimento.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva de que se tenha incorrido em perda no valor recuperável.

A Companhia avalia anualmente se há evidência objetiva de perda no valor recuperável de um ativo financeiro utilizando os seguintes critérios:

- dificuldade financeira do emissor ou tomador;
- quebra de contrato, tal como descumprimento ou atraso nos pagamentos;
- probabilidade do devedor entrar em processo de falência ou outra reorganização financeira.

O valor da perda por *impairment* corresponde à diferença entre a quantia contabilizada do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado pela taxa efetiva de juros original do ativo financeiro. O montante da perda é reconhecido no resultado do exercício.

Se em período posterior, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda do valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado.

2.6 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. A Companhia optou por não aplicar a metodologia de contabilidade de cobertura (*hedge accounting*).

2.7 Contas a receber de clientes e partes relacionadas

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de transporte de carga e partes relacionadas no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber estão classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

2.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio ponderado, que não excede os valores líquidos de realização. Provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

2.9 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Os gastos com desenvolvimento de ativos gerados internamente também são capitalizados e seus valores farão parte do custo do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável, sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A taxa de amortização dos ativos intangíveis, exceto a concessão, foi estimada em 20% ao ano. A parcela referente ao adiantamento da concessão é apropriada ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de concessão (360 meses).

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.10 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação/amortização acumulada e/ou eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Ao término da concessão, os bens de propriedade da concessionária e aqueles resultantes de investimentos por ela efetivados em bens arrendados, necessários à continuidade da prestação do serviço de transporte ferroviário e vinculados a concessão poderão, mediante declaração de reversibilidade e devida indenização dos investimentos realizados por parte do Poder Concedente, passar a integrar o patrimônio da União, conforme previsão expressa na cláusula décima sexta do Contrato de concessão.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos ativos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

Os terrenos não são depreciados. As taxas anuais de depreciação e vida útil dos principais grupos de ativos são:

| Grupos de ativos | % | Vida útil média (em anos) |
|--|----------|----------------------------------|
| Bens imóveis | | |
| Benfeitorias em via permanente | 8,33 | 12 |
| Benfeitorias em imóveis arrendados | 4,00 | 25 |
| Locomotivas | | |
| Locomotivas novas | 4,17 | 24 |
| Locomotivas usadas | 8,33 | 12 |
| Benfeitorias úteis em locomotivas e revisão geral em locomotivas | 12,50 | 8 |
| Vagões | | |
| Vagões | 3,33 | 30 |
| Benfeitorias úteis em vagões | 10,00 | 10 |
| Revisão geral em vagões | 20,00 | 5 |
| Outros | | |
| Esmerilhadora, carro de controle, equipamentos e ferramentas | 10,00 | 10 |
| Equipamentos de processamento de dados | 20,00 | 5 |
| Móveis e utensílios | 10,00 | 10 |

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil dos ativos não financeiros com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Para avaliação dos ativos não financeiros é utilizada pela administração a metodologia da rentabilidade futura para a unidade geradora de caixa considerada, e assim determinar o valor em uso dos ativos da Companhia. Se o valor contábil do ativo imobilizado não suportar o valor em uso, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.12 Contas a pagar a fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13 Passivos financeiros

2.13.1 Classificação e mensuração inicial

Passivos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e recebíveis, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

São inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são deduzidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, debêntures e perdas em operações com instrumentos financeiros derivativos.

2.13.2 Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

(i) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

São classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de liquidação no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge accounting* definidos pelo CPC 38.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

(ii) Outros passivos financeiros

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

2.14 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível, tributária e ambiental) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo do imposto de renda e da contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias existentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.16 Benefícios a empregados

Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina um plano de previdência do tipo contribuição definida, o qual requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

A Companhia concede também benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Os custos de serviços passados do plano de assistência à saúde são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após sua introdução ou após mudanças do plano de saúde.

Benefício de curto prazo - participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia própria aprovada pelo Conselho de Administração. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada.

2.17 Arrendamentos mercantis

A Companhia não possui, atualmente, contratos com a natureza de arrendamento mercantil financeiro.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como custo ou despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.18 Arrendamentos e concessões

A Companhia possui concessão onerosa de serviço público decorrente dos contratos de concessão e arrendamento. Embora a Companhia atue sob regime de concessão, sua atividade não se enquadra nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, em função do Poder Concedente não controlar a quem os serviços devem ser prestados, nem o preço a ser cobrado. Prevalece a relação comercial entre a Companhia e seus clientes.

2.19 Capital social

O capital social subscrito e integralizado está dividido em ações escriturais, ordinárias e preferenciais, sem valor nominal.

2.20 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receitas:

Prestação de serviço de transporte

A receita com prestação de serviços de transporte de carga, principal receita da Companhia, é reconhecida quando as cargas são transportadas, conforme contrato de prestação de serviços. O valor justo da receita de serviços é calculado de forma confiável com base nas tarifas previamente acordadas entre as partes.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros e variações monetárias e cambiais sobre aplicações financeiras, adiantamentos a fornecedores, contas a receber de clientes e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal.

Outras receitas operacionais

As demais receitas são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável.

2.21 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório estabelecido na Lei das S.A.s somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembléia Geral.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Imposto de renda, contribuição social e outras provisões de créditos fiscais

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita auferida e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido com base no prazo e nível prováveis de lucros tributáveis futuros.

(b) Benefícios pós emprego

Os custos do plano de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação deste benefício é sensível às mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

O plano de previdência complementar é de contribuição definida o qual não requer premissas atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros é obtido através de mercados ativos. Contudo, quando isso não for viável, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação que requerem níveis de julgamento. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(d) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais cuja possibilidade de perda seja considerada provável pelos consultores jurídicos.

A Companhia revisa periodicamente os valores provisionados e caso identifique alterações processuais, tais como mudança de prognóstico, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos fatos ou decisões de tribunais, as mesmas são ajustadas.

(e) Cálculo da depreciação, amortização e avaliação de *impairment* do ativo imobilizado e intangível

O cálculo da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizado incluem as estimativas da vida útil econômica dos principais ativos da Companhia, a qual é revisada periodicamente.

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizado. Se o valor contábil do ativo imobilizado não suportar o valor em uso, é necessária a constituição da provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

4. Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada dessas normas não é permitida no Brasil pelo CPC.

- . IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- . IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- . IFRS 16 - "*Leases*", essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. Ela entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e a administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- . NBC TG 33 (R3) – “Benefícios a empregados”, essa norma altera o item 83 determinando que a taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego (tanto custeadas quanto não custeadas) deve ser determinada com base nos rendimentos de mercado, apurados na data a que se referem às demonstrações contábeis, para títulos ou obrigações corporativas de alta qualidade. Essa alteração aplica-se para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016, sendo que tal alteração será contemplada nas premissas atuariais no laudo de 2016.

A seguinte resolução regulatória foi emitida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres.

- . Resolução nº 4.540 - No dia 29 de dezembro de 2014 foi publicada no Diário Oficial da União a Resolução nº 4540 da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT que regulamenta as taxas de depreciação e de amortização anuais para os ativos das concessionárias detentoras do direito de exploração de infraestrutura ferroviária. Esta resolução tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2016. A Administração concluiu que não haverá efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras resoluções regulatórias e normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

5. Caixa e equivalentes de caixa

| | <u>2015</u> | <u>2014</u> |
|--------------------------------------|----------------|----------------|
| Circulante | | |
| Disponibilidades | | |
| Caixa e bancos | <u>2.127</u> | <u>25.837</u> |
| Aplicações financeiras no país | | |
| CDB | 59.872 | 53.493 |
| Operações compromissadas | <u>565.626</u> | <u>141.755</u> |
| | <u>625.498</u> | <u>195.248</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2.4 | 221.085 |

As aplicações financeiras estão aplicadas em títulos emitidos por bancos no Brasil. As aplicações que não possuem liquidez imediata estão sujeitas ao prazo máximo de 73 dias de carência, podendo ser resgatadas antes do vencimento, sem que haja modificação ou ajuste significativo na taxa de rendimento previamente acordada com a instituição financeira. Essas aplicações são em CDB e operações compromissadas lastreadas em debêntures, com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI, encontrando-se na faixa entre 100,00% e 102,80%.

O aumento de R\$406.540 em caixa e equivalentes de caixa refere-se, basicamente, a 7ª emissão de debêntures realizada no 1º trimestre de 2015. A operação citada, bem como o cálculo do valor justo das aplicações financeiras, está descrito na Nota 18 e 19.

6. Caixa restrito

O caixa restrito refere-se à aplicação financeira vinculada a parcela de curto prazo dos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), relativos ao Financiamento a Empreendimentos (FINEM) e ao Documento de Utilização do Limite de Crédito (DULC), sendo parte da garantia da operação.

Esta aplicação, no montante de R\$43.850 (R\$45.821 em 2014), está lastreada em debêntures (operação compromissada realizada com bancos no Brasil) com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI.

7. Contas a receber de clientes

| | | <u>2015</u> | <u>2014</u> |
|--|-----|---------------|---------------|
| Clientes no país | (a) | 75.039 | 65.055 |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | (b) | (51.793) | (51.793) |
| | | <u>23.246</u> | <u>13.262</u> |

(a) Referem-se, basicamente, aos valores a receber relacionados aos serviços prestados de frete ferroviário, incluindo tráfego mútuo e direito de passagem a receber de clientes que não são partes relacionadas.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- (b) Conforme foi publicado nas Demonstrações Financeiras de 2014, a Companhia provisionou a perda da totalidade do valor a receber da empresa MMX Sudeste Mineração S.A., referente ao faturamento de cargas de 2014 e *take or pay* de 2013. Em 2 de outubro de 2015 a Companhia publicou fato relevante informando que foi homologado, por tribunal arbitral, acordo referente ao litígio da Companhia com a MMX Sudeste Mineração S.A. – em recuperação judicial (“MMX Sudeste”) e com a MMX Mineração e Metálicos S.A (“MMX Metálicos”). O referido acordo será habilitado na recuperação judicial da MMX Sudeste sendo que, até o momento, não é possível estimar qual o montante do crédito que será efetivamente realizado. Solidariamente, o crédito poderá ser cobrado da MMX Metálicos, observadas as condições do acordo.

8. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, informados nesta Nota, são relativos a operações com partes relacionadas decorrentes das transações da Companhia com seus acionistas, empresas ligadas e profissionais chave da administração.

As transações com partes relacionadas estão associadas, principalmente, à prestação de serviço público de transporte ferroviário de carga. São realizadas em prazos e condições negociadas com cada um dos clientes contratantes, respeitando os tetos tarifários definidos pelo Poder Concedente, os quais se aplicam a todos os clientes da concessionária, sendo ou não partes relacionadas. Pela Governança Corporativa da Companhia, os valores negociados com as partes relacionadas são aprovados pelos acionistas e obedecem a um modelo tarifário que visa remunerar os custos da prestação do serviço de transporte ferroviário, acrescidos de margens que são compatíveis com aquelas estabelecidas no seu plano de negócios. Não há transações com margens negativas, conforme estabelecido no contrato de concessão. Ademais, os contratos com partes relacionadas são de longo prazo e possuem cláusulas de penalidades por não execução dos volumes anuais programados, assim como ocorre com os demais clientes cativos.

Além dos contratos de serviços transporte ferroviário de carga, a Companhia possui outros contratos com suas partes relacionadas referentes a serviços de manutenção e benfeitorias em terminais, venda de sucatas e manutenção em material rodante.

A Companhia possui os seguintes saldos referentes às transações com partes relacionadas:

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- Ativo

| | Contas a receber | |
|--|------------------|----------------|
| | 2015 | 2014 |
| Vale S.A. | 90.882 | 69.193 |
| Companhia Siderúrgica Nacional | 27.185 | 38.302 |
| Mineração Usiminas S.A. | 31.908 | 81.701 |
| Congonhas Minérios S.A. | 16.701 | - |
| Nacional Minérios S.A. | 3.831 | 7.437 |
| Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. | 20.927 | 11.062 |
| Gerdau S.A. | 2.875 | 711 |
| Gerdau Açominas S.A. | 3.462 | 2.463 |
| Gerdau Aços Longos S.A. | 992 | 958 |
| Ferrovia Centro Atlântica | 946 | 673 |
| Companhia Metalúrgica Prada | - | 15 |
| CSN Cimentos S.A. | - | 339 |
| Votorantim Metais Zinco S.A. | - | 193 |
| | 199.709 | 213.047 |

O prazo médio de recebimento do contas a receber com partes relacionadas é inferior a 20 dias.

- Passivo

| | Passivo com partes relacionadas | | Dividendos a pagar | |
|--|---------------------------------|--------------|--------------------|---------------|
| | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 |
| Vale S.A. | 14 | 2.069 | 7.342 | 9.401 |
| Minerações Brasileiras Reunidas S.A. | - | - | 23.617 | 30.241 |
| Companhia Siderúrgica Nacional | 18.024 | - | 13.263 | 24.504 |
| Congonhas Minérios S.A. | - | - | 5.873 | - |
| Nacional Minérios S.A. | - | 6 | 7.398 | 9.473 |
| Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. | 19 | 344 | - | - |
| Gerdau S.A. | 96 | - | 882 | 1.130 |
| Usiminas Participações e Logística S.A. | - | - | 7.495 | 9.597 |
| Gerdau Aços Longos S.A. | 599 | 442 | - | - |
| Ferrovia Centro Atlântica | 214 | 1.819 | - | - |
| Outros | - | - | 4.528 | 5.767 |
| | 18.966 | 4.680 | 70.398 | 90.113 |

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- Resultado

| | Receita de serviços (a) | | Outras receitas | | Outras despesas | |
|--|--------------------------------|------------------|------------------------|---------------|------------------------|---------------|
| | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 | 2015 (b) | 2014 |
| Vale S.A. | 1.607.675 | 1.479.022 | 271 | - | - | - |
| Companhia Siderúrgica Nacional | 673.489 | 660.754 | 5.024 | - | 18.000 | - |
| Mineração Usiminas S.A. | 104.031 | 178.384 | 3 | 66.300 | - | - |
| Congonhas Minérios S.A. | 39.174 | - | - | - | - | - |
| Nacional Minérios S.A. | 98.814 | 171.371 | 1.672 | - | - | - |
| Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. | 117.858 | 98.920 | 195 | 6.272 | - | - |
| Gerdau S.A. | 4.065 | 6.766 | 597 | 1.091 | - | - |
| Gerdau Açominas S.A. | 81.203 | 85.285 | 198 | 154 | - | - |
| Gerdau Aços Longos S.A. | 18.194 | 19.384 | 14.589 | 16.045 | - | - |
| Ferrovias Centro Atlântica | 31.725 | 21.792 | - | - | 6.517 | 15.285 |
| VLI Multimodal | 1.543 | 1.160 | - | - | - | - |
| Companhia Metalúrgica Prada | 247 | 259 | - | - | - | - |
| CSN Cimentos S.A. | 10.639 | 9.625 | 95 | 223 | - | - |
| Confab Industrial S.A. | 679 | 213 | - | 2 | - | - |
| Votorantim Metais Zinco S.A. | 1.468 | 4.996 | 7 | 46 | - | - |
| | 2.790.804 | 2.737.931 | 22.651 | 90.133 | 24.517 | 15.285 |

(a) Apresentada bruta de impostos.

(b) O valor de R\$18.000 refere-se a celebração de contrato entre a MRS e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) mediante a qual a MRS indenizará a CSN pela troca do barril de virador de vagões danificado em acidente ocorrido em novembro de 2013.

Pessoal chave da administração

A remuneração devida/paga ao pessoal chave da administração da Companhia, a qual inclui seu Presidente e Diretores, está demonstrada a seguir:

| | 2015 | 2014 |
|--|---------------|---------------|
| <u>Benefícios de curto prazo</u> | | |
| Honorários e encargos | 5.019 | 5.071 |
| Bônus | 5.405 | 5.612 |
| Outros benefícios | 101 | 139 |
| <u>Benefícios pós emprego</u> | | |
| Planos de previdência | 218 | 206 |
| <u>Outros benefícios de longo prazo</u> | | |
| Incentivos de longo prazo | 6.349 | 3.686 |
| | 17.092 | 14.714 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

9. Outras contas a receber

| | | 2015 | 2014 |
|--|------------|---------------|---------------|
| Valores a receber concessão e arrendamento | (a) | 42.724 | 35.374 |
| Títulos precatórios | (b) | 4.192 | 3.166 |
| Demais contas a receber | (c) | 3.933 | 5.437 |
| | | 50.849 | 43.977 |
| Circulante | | 3.222 | 5.016 |
| Não Circulante | | 47.627 | 38.961 |

- (a) Os valores a receber de concessão e arrendamento contabilizados no não circulante correspondem ao registro decorrente de sentença favorável em processo envolvendo o Poder Concedente sobre valores pagos a maior nas atualizações das parcelas trimestrais da concessão e arrendamento do período de outubro de 1997 a abril de 2001 (variação IGP-DI acumulada *versus* variação IGP-DI mensal). Confirmada em sede de recurso, conforme certidão de trânsito em julgado emitida em 08 de agosto de 2013, pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp 1254786/RJ. Em junho de 2014, foi proferida decisão favorável à MRS, por meio do qual o Juiz da 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro determinou a compensação do valor incontroverso, no montante de R\$17.331, com a parcela do arrendamento e concessão que venceu em julho de 2014 (vide Nota 21 das Demonstrações Financeiras de 2014). O processo encontra-se em fase de liquidação da condenação da União, tendo sido publicada decisão em outubro de 2015, nomeando perito e intimando as partes a apresentarem quesitos e indicarem assistentes técnicos. Em janeiro de 2016, a União foi intimada da decisão que negou provimento ao seu recurso de embargos de declaração contra a decisão que determinou a realização da perícia.
- (b) Refere-se ao saldo restante dos precatórios adquiridos pela Companhia em 2010 e utilizados em março de 2011 para quitar débitos à vista referentes ao ICMS RJ. O acréscimo de R\$1.026 é decorrente da atualização monetária destes títulos no valor de R\$1.465, deduzida da redução ao valor recuperável no valor de R\$1.795 (R\$1.356 em 2014).
- (c) Referem-se a valores a receber decorrentes de venda de sucata, prestação de serviço de manutenção, alugueis e outros valores não relacionados ao serviço de frete ferroviário.

10. Estoques

| | | 2015 | 2014 |
|--|------------|----------------|---------------|
| Materiais de manutenção | (a) | 93.001 | 91.869 |
| Materiais em processo de recuperação | (b) | 5.973 | 5.746 |
| Importações em andamento | | 411 | 2.100 |
| Combustíveis | | 6.846 | 1.454 |
| Outros | | 805 | 1.791 |
| Provisão para perdas por obsolescência | (c) | (5.680) | (8.000) |
| | | 101.356 | 94.960 |

- (a) Referem-se aos materiais que serão utilizados em serviços de manutenção própria, principalmente em locomotivas, vagões e via permanente.
- (b) Referem-se aos materiais de manutenção que serão recuperados a fim de serem utilizados novamente nos ativos da Companhia.
- (c) Referem-se a provisão para perda de determinados materiais de manutenção considerados obsoletos ou de baixa rotatividade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

11. Tributos a recuperar

| | | <u>2015</u> | <u>2014</u> |
|---|-----|-----------------------|-----------------------|
| Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS | (a) | 86.527 | 75.981 |
| (-) Provisão para perda de ICMS | (a) | (27.034) | (5.574) |
| PIS/COFINS a recuperar | (b) | 64.011 | 67.970 |
| Imposto de renda retido na fonte | (c) | 50.229 | 18.542 |
| IRPJ/CSLL a compensar | | 511 | 395 |
| Outros | | 590 | 262 |
| | | <u>174.834</u> | <u>157.576</u> |
| Circulante | | 91.582 | 70.406 |
| Não circulante | | 83.252 | 87.170 |

(a) Referem-se principalmente aos créditos decorrentes das aquisições de bens para o ativo imobilizado e das compras de insumos, líquidos de provisão para perda de créditos não recuperáveis. Em 2015, a Companhia revisou a realização dos créditos decorrente de autuação mencionada na Nota 23.1 (c).

(b) Referem-se, principalmente, aos créditos de bens do ativo fixo que se recuperam em 48 parcelas.

(c) Referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras e sobre ganhos nas operações de derivativos - *swap*. Como os rendimentos são tributados apenas no resgate das aplicações e na liquidação dos *swaps*, este valor inclui a provisão de IR fonte dessas operações.

A composição dos créditos de ICMS nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, registrados no ativo circulante, está demonstrada a seguir:

| | <u>2015</u> | <u>2014</u> |
|---------------------------------------|----------------------|----------------------|
| Composição créditos ICMS - circulante | | |
| ICMS - RJ | 19.542 | 9.082 |
| ICMS - SP | 12.015 | 14.772 |
| Total circulante | <u>31.557</u> | <u>23.854</u> |

O saldo credor de R\$31.557 será totalmente utilizado no exercício de 2016.

12. Despesas antecipadas

| | | <u>2015</u> | <u>2014</u> |
|-----------------------------|-----|-----------------------|-----------------------|
| Adiantamento arrendamento | (a) | 163.457 | 163.432 |
| Outras despesas antecipadas | (b) | 8.494 | 5.272 |
| | | <u>171.951</u> | <u>168.704</u> |
| Circulante | | 15.419 | 13.801 |
| Não circulante | | 156.532 | 154.903 |

(a) Os adiantamentos por arrendamento são apropriados ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de arrendamento (360 meses). A parcela do circulante compreende o montante dos adiantamentos amortizáveis em até 365 dias. No ano de 2015 o valor amortizado de arrendamento foi de R\$8.817 (R\$8.817 em 2014). Os detalhes da operação estão

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

descritos na Nota 21.

(b) Referem-se a pagamentos antecipados de seguros e demais obrigações pagas antecipadamente.

13. Outros ativos circulantes e não circulantes

O grupo de outros ativos circulantes e não circulantes é composto da seguinte forma:

| | | 2015 | 2014 |
|----------------------------|------------|---------------|---------------|
| Depósitos judiciais | (a) | 61.603 | 46.706 |
| Adiantamentos a terceiros | (b) | 6.853 | 13.994 |
| Investimento audiovisual | (c) | 1.422 | 2.468 |
| Ativos mantidos para venda | (d) | - | 1.269 |
| | | 69.878 | 64.437 |
| Circulante | | 6.854 | 13.994 |
| Não circulante | | 63.024 | 50.443 |

(a) Referem-se a depósitos judiciais recursais e para garantia de execução à disposição do juízo para permitir interposição de recurso, nos termos da lei. Os mesmos são atualizados monetariamente e ficam registrados no ativo não circulante até que haja decisão judicial. A distribuição está descrita na Nota 23.1.

(b) Correspondem aos adiantamentos concedidos a fornecedores e colaboradores como adiantamento de férias, empréstimo de férias e outros adiantamentos.

(c) Representam os investimentos realizados para produção de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras, de acordo com a Lei nº 8.685/93. Os investimentos audiovisuais estão sendo amortizados pelo prazo de cada obra cinematográfica.

(d) Referem-se aos ativos sucateados na operação da Companhia.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

14. Imobilizado

Por natureza, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

| | 2015 | | | | | | 2014 |
|--------------------------------------|---|-------------|-----------|-------------------------|-----------|-------------|-------------|
| | Benfeitorias imóveis de terceiros | Locomotivas | Vagões | Imobilizado em curso | Outros | Total | Total |
| Custo | | | | | | | |
| Em 1º de janeiro | 3.013.554 | 2.387.168 | 2.017.122 | 537.615 | 537.232 | 8.492.691 | 7.502.221 |
| Adições | - | - | - | 851.663 | - | 851.663 | 1.048.492 |
| Transferências / Reclassificações | 431.861 | 164.523 | 279.844 | (902.105) | 25.877 | - | - |
| Reversão (provisão) para perda | (16.875) | 9.473 | 701 | - | - | (6.701) | 13.764 |
| Baixas | (275) | (134) | (30.911) | (3.302) | (1.299) | (35.921) | (71.786) |
| Em 31 de dezembro | 3.428.265 | 2.561.030 | 2.266.756 | 483.871 | 561.810 | 9.301.732 | 8.492.691 |
| Depreciação | | | | | | | |
| Em 1º de janeiro | (898.584) | (903.501) | (656.515) | - | (218.362) | (2.676.962) | (2.283.969) |
| Adições | (215.840) | (122.384) | (115.125) | - | (49.056) | (502.405) | (424.915) |
| Baixas | 4 | 1 | 23.502 | - | 1.085 | 24.592 | 31.922 |
| Em 31 de dezembro | (1.114.420) | (1.025.884) | (748.138) | - | (266.333) | (3.154.775) | (2.676.962) |
| Valor residual líquido | | | | | | | |
| Em 31 de dezembro | 2.313.845 | 1.535.146 | 1.518.618 | 483.871 | 295.477 | 6.146.957 | 5.815.729 |

A movimentação do imobilizado de 2014 encontra-se publicada na Nota 14 das demonstrações financeiras de 2014.

Reversão de provisão ou provisão para perda

O valor de R\$6.701 refere-se: (i) a provisão para perda de bens imóveis que estão em processo de doação; (ii) a reversão de provisão para perda dos ativos baixados nos processos de substituição e (iii) a transferência da provisão para passivo.

Custos de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados no ano de 2015 foi R\$280 (R\$12.392 em 2014). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de financiamentos passíveis de capitalização foi de 10,6% ao ano (8,6% no ano de 2014), que representa a taxa média dos financiamentos da Companhia. Esta redução deve-se à finalização de projetos capitalizáveis como implantação do sistema de controle de trens baseado em comunicação – CBTC (*Communication Based Train Control*), construção de 12 km de malha que consiste na segregação CPTM no trecho entre Manoel Feio e Suzano e outras obras de infraestrutura de via permanente.

Imobilizações em andamento

As imobilizações em andamento estão substancialmente representadas por gastos incorridos na ampliação, recuperação e modernização da via permanente, locomotivas, vagões e sistemas de sinalização e telecomunicação arrendados, como também na compra de locomotivas e vagões

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

que são transferidos para as contas definitivas do imobilizado e depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso.

Revisão de vida útil

Em atendimento ao CPC 27 – Imobilizado e ao IAS 16, a vida útil econômica dos principais ativos da Companhia é revisada periodicamente. Em dezembro de 2015, houve a necessidade de redução da vida útil dos componentes de via permanente e pátios, entre eles trilhos e dormentes, de 12 anos para 11 anos, conforme laudo técnico elaborado pelos engenheiros da Companhia. A vida útil econômica das locomotivas novas passam de 24 para 30 anos. Para os demais ativos não houve alteração de vida útil.

As taxas anuais de depreciação e vida útil dos principais grupos de ativos aplicadas no ano de 2015 estão demonstradas na Nota 2.10.

15. Intangível

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

| | 2015 | | | | 2014 |
|--------------------------|-----------------------------------|---|----------------------------------|------------------|------------------|
| | Adiantamento Concessão | Sistemas informatizados e software | Projetos em andamento | Total | Total |
| Custo | | | | | |
| Em 1º de janeiro | 16.369 | 186.710 | 6.039 | 209.118 | 197.218 |
| Adições | 465 | - | 9.620 | 10.085 | 11.938 |
| Transferências | - | 10.172 | (10.172) | - | (38) |
| Em 31 de dezembro | 16.834 | 196.882 | 5.487 | 219.203 | 209.118 |
| Amortização | | | | | |
| Em 1º de janeiro | (8.038) | (151.631) | - | (159.669) | (136.721) |
| Adições | (444) | (16.010) | - | (16.454) | (22.986) |
| Baixas | - | - | - | - | 38 |
| Em 31 de dezembro | (8.482) | (167.641) | - | (176.123) | (159.669) |
| Em 31 de dezembro | 8.352 | 29.241 | 5.487 | 43.080 | 49.449 |

A parcela referente ao adiantamento da concessão (direito de outorga) é apropriada ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de concessão (360 meses).

A taxa de amortização dos ativos intangíveis, exceto a concessão, foi estimada em 20% ao ano.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

16. Obrigações sociais e trabalhistas

| | 2015 | 2014 |
|--|----------------|----------------|
| PPR – Plano de Participação nos Resultados/Bônus | 65.099 | 63.741 |
| Provisão para férias e 13º salário | 30.148 | 32.159 |
| Salários a pagar | 15.223 | 16.340 |
| INSS | 17.483 | 13.811 |
| FGTS | 5.355 | 5.557 |
| IRRF a pagar | 2.323 | 3.908 |
| Outros | 13.171 | 16.392 |
| | 148.802 | 151.908 |

17. Obrigações fiscais

| | 2015 | 2014 |
|---------------------|---------------|---------------|
| Imposto de renda | 30.240 | 22.862 |
| Contribuição social | 15.248 | 10.205 |
| ICMS | 2.775 | 3.662 |
| COFINS | 10.353 | 9.421 |
| PIS | 2.178 | 2.045 |
| Outros | 4.434 | 3.435 |
| | 65.228 | 51.630 |

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

18. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão compostos da seguinte forma:

| | | 2015 | 2014 |
|---|-----|-------------------------|-------------------------|
| <u>Moeda nacional</u> | | | |
| BNDES: | | 1.633.498 | 1.651.514 |
| FINEM | (a) | 910.320 | 799.106 |
| DULC | (b) | 432.211 | 457.643 |
| FINAME | (c) | 290.967 | 394.765 |
| BDMG | (d) | 24.968 | 32.764 |
| FINEP | (e) | 8.635 | 11.873 |
| Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i> | 19. | 34.932 | 39.322 |
| | | <u>1.702.033</u> | <u>1.735.473</u> |
| Custos da transação | | <u>(2.373)</u> | <u>(2.251)</u> |
| | | <u>1.699.660</u> | <u>1.733.222</u> |
| <u>Moeda estrangeira</u> | | | |
| Banco de Tokyo | (f) | 586.490 | 398.954 |
| Ex-Im | (g) | 109.809 | 97.699 |
| Financiamento IFC | (h) | - | 33.226 |
| | | <u>696.299</u> | <u>529.879</u> |
| Custos da transação | | <u>(1.149)</u> | <u>(2.096)</u> |
| | | <u>695.150</u> | <u>527.783</u> |
| <u>Debêntures</u> | | | |
| | (i) | | |
| 4ª Emissão | | - | 195.760 |
| 5ª Emissão | | 319.738 | 316.196 |
| 6ª Emissão | | 302.362 | 301.982 |
| 7ª Emissão | | 631.258 | - |
| | | <u>1.253.358</u> | <u>813.938</u> |
| Custos da transação | | <u>(8.973)</u> | <u>(2.414)</u> |
| | | <u>1.244.385</u> | <u>811.524</u> |
| <u>Total de empréstimos e financiamentos + custo da transação</u> | | | |
| | | <u>3.639.195</u> | <u>3.072.529</u> |
| | | | |
| Circulante | | 876.843 | 419.720 |
| Não circulante | | 2.762.352 | 2.652.809 |

(a) As operações de FINEM, contratadas junto ao BNDES, possuem taxa nominal igual à taxa efetiva e estão sujeitas a encargos de TJLP mais “spread” de 1,40% ao ano até 4,01% ao ano ou taxa fixa de 2,50% ao ano até 5,50% ao ano. Estes financiamentos serão utilizados para cobrir gastos que visam a redução do número de acidentes, a melhoria do ciclo operacional e a aquisição de material rodante, além da construção de passarelas, viadutos e passagens inferiores. Durante o ano de 2015 ocorreram novas captações que totalizam um montante de

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- R\$192.920. O prazo final de amortização do contrato é 15 de junho de 2024. Essas operações têm como garantia recebíveis de contratos comerciais, alienação fiduciária dos bens financiados, direitos emergentes e aplicação financeira no valor de 3 (três) parcelas a pagar do financiamento.
- (b) O DULC, operação direta com o BNDES, possui taxa nominal igual à taxa efetiva e está sujeito a encargos de TJLP mais “spread” de 0,58% ao ano até 2,06% ao ano ou taxa fixa de 4,50% ao ano. Esta operação tem como objetivo financiar projetos de gargalos logísticos, de expansão da via permanente, de modernização e recuperação de ativos, de confiabilidade de infraestrutura, além de compras de locomotivas. Durante o ano de 2015 ocorreram novas captações totalizando um montante de R\$61.084. O prazo final de amortização do contrato é 15 de junho de 2023. A garantia deste contrato é composta por recebíveis de contratos comerciais, direitos emergentes da concessão e aplicação financeira correspondente ao valor de 3 (três) parcelas a pagar do financiamento.
- (c) Os FINAME’s, financiamentos com recursos do BNDES, possuem taxa nominal igual à taxa efetiva e referem-se a operação para compra de vagões e locomotivas, sujeitas a encargos de TJLP mais “spread”, equivalente a uma TIR (taxa interna de retorno) de 8,7% ao ano ou taxa fixa de 4,50% ao ano. O prazo final de amortização do contrato é 15 de janeiro de 2021. Estas operações possuem como garantia a alienação fiduciária dos bens financiados.
- (d) O financiamento junto ao BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais no valor total de R\$50.000, dividido em duas tranches uma no valor de R\$35.000 com taxa nominal igual a IPCA mais taxa fixa de 5,76% ao ano, com TIR de 13,4% ao ano, e a outra no valor de R\$15.000, com taxa nominal de SELIC meta mais taxa fixa de 2% ao ano, com TIR de 15,8% ao ano, tem por finalidade a aquisição de equipamentos para modernização da malha ferroviária. O saldo de 2015 é referente à liberação da primeira parcela do empréstimo no valor de R\$40.000. Este contrato tem como garantia carta de fiança e o prazo final de amortização é 24 de dezembro de 2018.
- (e) O empréstimo junto à FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, possui taxa fixa nominal igual à taxa efetiva correspondente a 5,00% ao ano. O objetivo da operação foi financiar o projeto, cujo foco é o desenvolvimento de alternativas ecologicamente sustentáveis para produção e utilização de dormentes. Este contrato tem como garantia carta de fiança e o prazo final de amortização é 15 de agosto de 2018.
- (f) O financiamento junto ao Banco de Tokyo possui taxa fixa nominal igual à taxa efetiva correspondente a 3,05% ao ano até 3,44% ao ano. Contratado e desembolsado, respectivamente, em dezembro de 2011 e setembro de 2013, esta operação em moeda estrangeira teve como objetivo reforçar o caixa da Companhia para os crescentes investimentos realizados, bem como liquidar antecipadamente, em setembro de 2013, uma captação via NCE (Nota de Crédito à Exportação), com o intuito de alongar o prazo da dívida e suavizar o fluxo de amortização futuro da Companhia. A Companhia não constituiu garantia para este contrato e o prazo final de amortização é 18 de março de 2019.
- (g) O financiamento junto ao US Export-Import Bank (Ex-Im), está sujeito à taxa fixa nominal de 3,30% ao ano. Contratado em março de 2009 e desembolsado em abril do mesmo ano, esta operação teve como objetivo a compra de 38 locomotivas novas, as quais constituem a própria garantia do contrato. O prazo final de amortização é 25 de março de 2019.
- (h) O financiamento junto ao IFC com saldo de R\$33.226 em 2014, foi liquidado
-

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

antecipadamente em março de 2015.

(i) Debêntures:

• *4ª Emissão*

No dia 02 de setembro de 2015, a Companhia efetuou o resgate total da sua 4ª emissão de debêntures. A escolha pelo resgate total respeitou os termos da escritura pública e faz parte do seu processo natural de análise e planejamento financeiro, não tendo havido o descumprimento de qualquer uma das suas obrigações junto ao debenturista ou outros eventos que pudessem incorrer no vencimento antecipado das debêntures.

• *5ª Emissão*

Em 18 de julho de 2012, a Companhia emitiu R\$300.000 em debêntures não conversíveis sob a instrução CVM nº. 476. A operação tem como finalidade reforço do capital de giro e alongamento do perfil da dívida da Companhia. As debêntures foram emitidas em uma série indexada de acordo com a variação do CDI acrescida de sobretaxa equivalente a 0,9%, definida após o processo de *Bookbuilding*, sendo juros pagos semestralmente durante todo período da emissão e com amortização anual no 4º, 5º e 6º ano. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as condições contratuais da 5ª emissão permaneceram inalteradas em relação às publicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. O prazo final de amortização do contrato é 18 de julho de 2018.

• *6ª Emissão*

Em 10 de dezembro de 2013, a Companhia emitiu R\$300.000 em debêntures com as mesmas características e condições da 5ª emissão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as condições contratuais da 6ª emissão permaneceram inalteradas em relação às publicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. O prazo final de amortização do contrato é 10 de dezembro de 2019.

• *7ª Emissão*

Em 15 de fevereiro de 2015, a Companhia emitiu R\$550.726 em debêntures, sendo R\$336.340 relativos à 1ª série da emissão e R\$214.386 relativos à 2ª série da emissão. Devido à correção do valor da emissão prevista na escritura entre a data de emissão e a data de liquidação o total desembolsado foi de R\$555.003.

A emissão ocorreu nos termos da Instrução CVM nº 400, tendo sido emitidas 550.726 debêntures simples não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com o valor unitário de R\$1. Os recursos obtidos com a emissão serão utilizados integralmente para financiar os projetos de revitalização da via permanente e expansão do projeto de comunicação CBTC (*Communication Based Train Control*), aprovados e considerados prioritários pelo Ministério dos Transportes, razão pela qual as debêntures contam com benefícios de isenção tributária de acordo com a Lei nº 12.431.

A primeira série da emissão vencerá em 7 anos e está sujeita a uma taxa de IPCA + 5,9828% ao ano. Já a segunda série da emissão vencerá em 10 anos e a sua taxa de juros é de IPCA + 6,4277% ao ano.

O fluxo de amortização dos financiamentos não circulantes é como segue:

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

| | 2017 | 2018 | 2019 | Após 2019 | Total |
|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|------------------|
| FINAME | 92.255 | 58.053 | 35.844 | 2.335 | 188.487 |
| DULC | 97.286 | 97.286 | 54.726 | 86.599 | 335.897 |
| FINEM | 149.025 | 149.082 | 149.082 | 312.568 | 759.757 |
| Debêntures | 200.000 | 200.000 | 100.000 | 599.463 | 1.099.463 |
| BDMG | 7.306 | 7.306 | - | - | 14.612 |
| FINEP | 3.231 | 2.154 | - | - | 5.385 |
| Banco de Tokyo | - | 195.240 | 97.620 | - | 292.860 |
| Ex-Im | 33.778 | 33.778 | 8.445 | - | 76.001 |
| | 582.881 | 742.899 | 445.717 | 1.000.965 | 2.772.462 |

Em dezembro de 2015, os custos de transação das captações de recursos estavam apresentados da seguinte forma:

| | Curto prazo | | Longo prazo | | | | Total |
|------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|---------------|
| | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | Após 2019 | Total | CP + LP |
| DULC | 126 | 165 | 132 | 126 | 388 | 811 | 937 |
| FINEM | 258 | 250 | 243 | 237 | 448 | 1.178 | 1.436 |
| Debêntures | 1.442 | 1.394 | 1.322 | 1.275 | 3.540 | 7.531 | 8.973 |
| Ex-Im | 559 | 373 | 191 | 26 | - | 590 | 1.149 |
| | 2.385 | 2.182 | 1.888 | 1.664 | 4.376 | 10.110 | 12.495 |

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o montante dos custos de transações incorrido em cada processo de captação foi:

| | 2015 | 2014 |
|-------------------------|---------|---------|
| DULC | 61.084 | 163.990 |
| (-) custos de captações | (673) | (575) |
| % custos/Valor captação | -1,10% | -0,35% |
| FINEM | 192.920 | 231.205 |
| (-) custos de captações | - | (198) |
| % custos/Valor captação | - | -0,09% |
| Debêntures 7ª emissão | 555.003 | - |
| (-) custos de captações | (8.614) | - |
| % custos/Valor captação | -1,55% | - |

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**Condições restritivas financeiras (covenants)

Em dezembro de 2015, o *covenant* dívida líquida/EBITDA dos financiamentos contratados junto ao BNDES foi alterado de 2,5 para 3,0 até 31 de dezembro de 2016. As condições restritivas dos outros contratos de empréstimos e financiamentos permanecem inalteradas em relação a 2014.

Todos os *covenants* foram atendidos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

| 2015 | | |
|-----------------------|---------------------------------------|-------------------------------------|
| Contratos | Indicadores | Índice padrão |
| BNDES | - dívida líquida / EBITDA | menor ou igual a 3,0 |
| Banco Tokyo | - dívida líquida / EBITDA | menor ou igual a 3,0 |
| Debêntures 5ª emissão | - EBITDA / despesa financeira líquida | maior que 4,0 ou menor que 0 (zero) |
| | - dívida líquida / EBITDA | menor ou igual a 3,0 |
| Debêntures 6ª emissão | - EBITDA / despesa financeira líquida | maior que 4,0 ou menor que 0 (zero) |
| | - dívida líquida / EBITDA | menor ou igual a 3,0 |
| Debêntures 7ª emissão | - EBITDA / despesa financeira líquida | maior que 4,0 ou menor que 0 (zero) |
| | - dívida líquida / EBITDA | menor ou igual a 3,0 |

19. Instrumentos financeirosOperações com instrumentos financeiros

O cálculo do valor justo de aplicações (Caixa, Equivalentes de caixa e Caixa restrito), é realizado da seguinte forma: para aplicações com carência inferior ou igual a 60 dias, considera-se o valor justo como sendo o próprio valor original. Caso a carência seja superior a 60 dias, calcula-se a rentabilidade pela taxa de juros contratada até o fim da carência, descontando-se, a seguir, por uma taxa mais elevada, equivalente a 110% da taxa contratada, o que representa uma penalidade pela eventual saída da aplicação no período de não liquidez.

Para os empréstimos e financiamentos que possuem cotação pública de mercado para a taxa de juros de referência, calcula-se o fluxo até o vencimento com a taxa contratual e, em seguida, desconta-se pela taxa atualizada constante da fonte pública. Para os empréstimos e financiamentos que não têm fonte pública de taxa de juros, depois de calcular o fluxo até o vencimento com a taxa contratual, desconta-se pela taxa de juros de operações semelhantes em termos de risco e prazo. Eventualmente, no caso de dificuldade em identificar financiamentos comparáveis, a taxa de desconto é determinada através de consulta a instituições financeiras.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis de todas as operações com instrumentos financeiros realizadas pela Companhia, que divergem dos seus valores justos:

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

| | 2015 | | 2014 | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Passivos | | | | |
| Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira | 696.299 | 699.992 | 529.879 | 536.169 |
| Total | 696.299 | 699.992 | 529.879 | 536.169 |

O cálculo do valor justo dos empréstimos considera a cotação de mercado das respectivas operações, com exceção daquelas que (i) não contam com mercado líquido de referência ou (ii) cuja liquidação (valor de saída) possa ser feita sem haver penalização. Para estes casos, o valor justo coincide com o valor na curva.

Classificação dos instrumentos financeiros

A seguir apresentamos os valores contábeis de todas as operações com instrumentos financeiros realizados pela Companhia e sua respectiva classificação.

| | 2015 | | | 2014 | | |
|--|-----------------------------------|--------------------------|------------------|-----------------------------------|--------------------------|----------------|
| | Valor justo por meio do resultado | Empréstimos e recebíveis | Total | Valor justo por meio do resultado | Empréstimos e Recebíveis | Total |
| Ativos | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 7.834 | 619.791 | 627.625 | - | 221.085 | 221.085 |
| Caixa restrito | - | 43.850 | 43.850 | - | 45.821 | 45.821 |
| Contas a receber | - | 74.095 | 74.095 | - | 57.239 | 57.239 |
| Partes relacionadas | - | 199.709 | 199.709 | - | 213.047 | 213.047 |
| Ganhos em operações com instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i> | 269.633 | - | 269.633 | 115.851 | - | 115.851 |
| Total | 277.467 | 937.445 | 1.214.912 | 115.851 | 537.192 | 653.043 |

| | 2015 | | | 2014 | | |
|--|-----------------------------------|-----------------------------|------------------|-----------------------------------|-----------------------------|------------------|
| | Valor justo por meio do resultado | Outros passivos financeiros | Total | Valor justo por meio do resultado | Outros passivos financeiros | Total |
| Passivos | | | | | | |
| Fornecedores | - | 229.294 | 229.294 | - | 181.927 | 181.927 |
| Partes relacionadas | - | 18.966 | 18.966 | - | 4.680 | 4.680 |
| Empréstimos e financiamentos em R\$ | - | 1.667.101 | 1.667.101 | - | 1.696.151 | 1.696.151 |
| Empréstimos e financiamentos em USD | - | 696.299 | 696.299 | - | 529.879 | 529.879 |
| Debêntures | - | 1.253.358 | 1.253.358 | - | 813.938 | 813.938 |
| Perdas em operações com instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i> | 34.932 | - | 34.932 | 39.322 | - | 39.322 |
| Total | 34.932 | 3.865.018 | 3.899.950 | 39.322 | 3.226.575 | 3.265.897 |

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Instrumentos financeiros derivativos

Embora as operações com derivativos tenham o propósito de proteger a Companhia da oscilação oriunda de sua exposição aos riscos de mercado, decidiu-se por não adotar a metodologia de contabilização de cobertura (*hedge accounting*). Desta forma, as operações de *swap* que em 31 de dezembro de 2015 apresentavam saldo líquido a receber no valor de R\$234.701 (R\$76.529 em 2014), foram contabilizadas no resultado.

| Tipo de contrato | Valor de referência (nocial) | | Valor justo | |
|---|---------------------------------|---------|-----------------------|----------------------|
| | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 |
| Contratos de <i>swap</i> | | | | |
| Posição ativa | | | | |
| Dólar Fixo (dólar fixo para real CDI) | 411.185 | 403.355 | 698.815 | 499.865 |
| Posição passiva | | | | |
| Real CDI (dólar fixo para real CDI) | 411.185 | 403.355 | (421.945) | (408.675) |
| Total dos contratos de <i>swap</i> | | | <u>276.870</u> | <u>91.190</u> |
| Provisão de IR sobre ganhos <i>swap</i> | | | (42.169) | (14.661) |
| Total dos contratos de <i>swap</i> líquidos de IR | | | <u>234.701</u> | <u>76.529</u> |
| Classificados | | | | |
| No ativo circulante | | | 136.577 | 5 |
| No ativo não circulante | | | 133.056 | 115.846 |
| No passivo circulante (Nota 18) | | | <u>(34.932)</u> | <u>(39.322)</u> |
| | | | <u>234.701</u> | <u>76.529</u> |

A Companhia conta apenas com instrumentos derivativos de *swap*. Para a ponta ativa do *swap*, atrelada a uma taxa fixa mais variação cambial do dólar, é calculado o valor pela taxa contratual até o vencimento e depois descontado pela taxa de cupom cambial correspondente ao prazo restante, compreendido entre o vencimento e a data atual. Finalmente, o valor resultante deste cálculo é convertido pela taxa de câmbio atual.

Para a ponta passiva, que está atrelada a um determinado percentual de CDI, calcula-se o valor até o vencimento aplicando este percentual. Em seguida, desconta-se este resultado à taxa de 100% do CDI até a data atual.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

| Descrição | 2015 | | | 2014 | | |
|----------------------------|--------------|-------------|-------------|--------------|-------------|-------------|
| | Valor Nocial | Valor Justo | Vencimentos | Valor Nocial | Valor Justo | Vencimentos |
| Contratos de "swap" | | | | | | |
| Posição ativa | | | Mar/16 | | | Fev/15 |
| Moeda estrangeira | 411.185 | 698.815 | Até | 403.355 | 499.865 | Até |
| Posição passiva | | | mar/19 | | | mar/19 |
| Taxas (pós) | 411.185 | 421.945 | | 403.355 | 408.675 | |

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão distribuídos entre as seguintes contrapartes:

| Instituição | MRS Recebe | MRS Paga | Data de Início | Data de Vencimento | Valor Nocial Contratado (USD) | Valor Justo dez/15 (R\$) Ativa | Valor Justo dez/15 (R\$) Passiva | Resultado Bruto (R\$) Ativa – Passiva (*) |
|--------------------------|------------|----------|----------------|--------------------|-------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|---|
| Contratos de swap | | | | | | | | |
| Banco do Brasil | | | 28/dez/15 | 26/set/16 | 10.000 | 39.658 | 39.322 | 336 |
| Votorantim | USD + | 100% | 25/jun/15 | 28/mar/16 | 7.500 | 29.882 | 25.038 | 4.844 |
| HSBC | 1,50%aa | até | 24/set/15 | 27/jun/16 | 9.600 | 38.294 | 40.768 | (2.474) |
| Banco de Tokyo | até | 108% | 15/dez/11 | 15/dez/16 | 75.000 | 297.484 | 141.671 | 155.813 |
| Banco de Tokyo | 3,93%aa | do CDI | 18/set/13 | 15/mar/19 | 75.000 | 293.497 | 175.146 | 118.351 |
| Total | | | | | 177.100 | 698.815 | 421.945 | 276.870 |

(*) Valores brutos de Imposto de Renda Retido na Fonte de R\$42.169, totalizando uma posição líquida de derivativos de R\$234.701.

19.1. Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros:

- Nível 1: Instrumentos financeiros que possuem dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Instrumentos classificados como Nível 3 são os que possuem dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia, com saldo líquido a receber de R\$234.701 em 2015, bem como os instrumentos financeiros associados ao caixa (incluindo caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito) foram classificados no Nível 2 para hierarquia de valor justo. Não existem instrumentos financeiros classificados no Nível 3 e Nível 1 na Companhia. Durante o exercício de 2015, não ocorreram transferências entre os níveis.

| | 2015 | | 2014 | |
|---|-------------|-------|-------------|-------|
| | Valor justo | Nível | Valor justo | Nível |
| Ativos (Passivos) | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos ativos | 269.633 | 2 | 115.851 | 2 |
| Instrumentos financeiros derivativos passivos | (34.932) | 2 | (39.322) | 2 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 627.625 | 2 | 221.085 | 2 |
| Caixa restrito | 43.850 | 2 | 45.821 | 2 |
| Contas a receber | 74.095 | (*) | 57.239 | (*) |
| Partes relacionadas | 199.709 | (*) | 213.047 | (*) |

(*) Para estes instrumentos financeiros não há classificação de nível na hierarquia do valor justo.

19.2. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e de curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Companhia também contrata transações com derivativos.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta administração supervisiona a gestão desses riscos e conta com o suporte de um comitê financeiro do Conselho de Administração, contribuindo assim, para a manutenção de uma estrutura de governança em riscos financeiros adequada para a Companhia.

O comitê financeiro recomenda ações à alta administração da Companhia para que as atividades em que se assumem riscos financeiros sejam regidas por políticas e procedimentos apropriados, e aprovadas pelo Conselho de Administração. Todas as atividades com derivativos têm por finalidade a gestão de risco, não havendo quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. A política para gestão de risco financeiro é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração.

O comitê financeiro revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, tendo como principal objetivo reduzir a diferença financeira ou econômica, inesperada, que possa impactar tanto o resultado da Companhia quanto o seu fluxo de caixa esperado. Como objetivo secundário, busca-se minimizar a probabilidade de: (i) exigência inesperada de captações adicionais de recursos; e (ii) que as métricas da MRS violem *covenants* financeiros já assumidos.

Como mecanismo central de gestão de riscos, os controles internos utilizados pela administração da Companhia estão concentrados no acompanhamento do percentual da dívida

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

indexada em moeda estrangeira que se encontra protegida por instrumentos financeiros derivativos. Por esta razão, a maior parte da exposição ao risco cambial da Companhia tem sido coberta por contratos de *swap*.

Adicionalmente, a Companhia, não só acompanha o resultado dessas operações por meio do seu valor justo, como também traça cenários de deterioração das variáveis relevantes de mercado, avaliando situações de *stress* e respectivos impactos financeiros.

19.3. Política de utilização dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como política a mitigação de sua exposição aos riscos de mercado, procurando reduzir o impacto financeiro de flutuações nas taxas de câmbio e de juros. Tal política é implementada através do acompanhamento estratégico da exposição de seus ativos e passivos a essas variáveis, conjuntamente com a contratação de operações de derivativos que permitam o controle dos riscos envolvidos.

As operações com derivativos, basicamente, se dão por meio de *swap* de taxa de câmbio versus percentual do CDI, todas contando com bancos de primeira linha como contraparte e envolvendo taxas prefixadas em moeda estrangeira, não existindo depósito de margem em garantia. Destaca-se que a totalidade das contratações de derivativos tem como finalidade a redução de exposição a riscos, não havendo posições especulativas.

19.4. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities* e de ações, entre outros, os quais são detalhados abaixo. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

(a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Companhia estar sujeita a perdas financeiras provocadas por alterações nas taxas de juros em que possui exposição.

A Companhia possui passivos relevantes atrelados a taxas de juros locais pós-fixadas como CDI, TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo e IPCA.

Os riscos associados ao CDI, à TJLP e ao IPCA são avaliados por análise de sensibilidade, na qual as taxas são aumentadas em 25% (cenário I) e 50% (cenário II) em relação às taxas do cenário provável elencado pela Companhia, utilizando como base o relatório de mercado FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil e a TJLP em 31 de dezembro de 2015 e em 26 de dezembro de 2014.

Na tabela abaixo, é possível notar que, na data-base de 31 de dezembro de 2015, o aumento de 50% tanto do CDI quanto da TJLP (cenário II), representa uma perda inferior a 5% (5% em 31 de dezembro de 2014) de aumento da Posição Passiva Líquida, aproximadamente, R\$74.700 (R\$82.500 em 31 de dezembro de 2014), quando comparado ao cenário provável, motivo pelo qual a Companhia decidiu não utilizar instrumentos derivativos para minimizar esta exposição.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Em milhões de reais

| | Base 2015 | Provável | Cenário I | Cenário II |
|--|----------------------|-----------------|------------------|-------------------|
| CDI | 14,14% | 15,10% | 18,87% | 22,65% |
| TJLP | 7,00% | 7,50% | 9,38% | 11,25% |
| IPCA | 10,67% | 6,87% | 8,59% | 10,31% |
| <u>Passivo</u> | 2.360,2 | 2.572,2 | 2.634,8 | 2.697,4 |
| Dívida em TJLP | 663,0 | 672,5 | 684,4 | 696,4 |
| Dívida em CDI | 622,1 | 716,0 | 739,5 | 763,0 |
| Dívida em IPCA | 653,2 | 698,1 | 709,3 | 720,5 |
| Ponta Passiva de <i>Swap</i> em CDI | 421,9 | 485,6 | 501,6 | 517,5 |
| <u>Ativo</u> | 669,3 | 770,4 | 795,7 | 820,9 |
| Aplicações | 669,3 | 770,4 | 795,7 | 820,9 |
| <u>Posição Líquida Descoberta</u> | 1.690,9 | 1.801,8 | 1.839,1 | 1.876,5 |

Em milhões de reais

| | Base 2014 | Provável | Cenário I | Cenário II |
|--|----------------------|-----------------|------------------|-------------------|
| CDI | 11,57% | 12,38% | 15,47% | 18,56% |
| TJLP | 5,50% | 5,50% | 6,88% | 8,25% |
| IPCA | 6,41% | 6,53% | 8,16% | 9,80% |
| <u>Passivo</u> | 2.012,3 | 2.207,3 | 2.256,0 | 2.304,7 |
| Dívida em TJLP | 763,0 | 804,9 | 815,4 | 825,9 |
| Dívida em CDI | 813,9 | 914,7 | 939,8 | 965,0 |
| Dívida em IPCA | 26,7 | 28,5 | 28,9 | 29,3 |
| Ponta Passiva de <i>Swap</i> em CDI | 408,7 | 459,2 | 471,9 | 484,5 |
| <u>Ativo</u> | 241,1 | 270,9 | 278,4 | 285,8 |
| Aplicações | 241,1 | 270,9 | 278,4 | 285,8 |
| <u>Posição Líquida Descoberta</u> | 1.771,2 | 1.936,4 | 1.977,6 | 2.018,9 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

| | Valor contábil | |
|--|-----------------------|------------------|
| | 2015 | 2014 |
| Instrumentos de taxa fixa | | |
| Ativos financeiros | - | - |
| Passivos financeiros | 970.503 | 1.397.139 |
| | 970.503 | 1.397.139 |
| Instrumentos de taxa pós fixada | | |
| Ativos financeiros | 671.475 | 266.906 |
| Passivos financeiros | 2.646.255 | 1.642.829 |
| | 3.317.730 | 1.909.735 |

(b) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a uma moeda diferente de sua moeda funcional.

Em especial, sua exposição ao risco de moeda (risco cambial) concentra-se nas compras e empréstimos denominados, basicamente, em dólar norte-americano, que encerrou o exercício de 2015 com variação de 47,01% (13,39% em 2014).

| | 2015 | 2014 |
|---|------------------|------------------|
| Ativos em moeda estrangeira | | |
| Importações em andamento | 411 | 2.100 |
| Adiantamento a fornecedores | 82 | 6.771 |
| Instrumentos financeiros de <i>swap</i> | 698.815 | 499.865 |
| | 699.308 | 508.736 |
| Passivos em moeda estrangeira | | |
| Fornecedores | (38.432) | (817) |
| Empréstimos e financiamentos | (696.299) | (529.879) |
| | (734.731) | (530.696) |
| Exposição líquida | (35.423) | (21.960) |

A seguir, apresentam-se as variações nos ativos e passivos da Companhia atrelados à taxa de câmbio, decorrentes da aplicação dos cenários de *stress*. Optou-se por manter a ponta ativa do *swap* separada, de modo a deixar o efeito dos derivativos mais evidente.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2015 e buscam simular de que forma um *stress* nas variáveis de risco pode afetar a Companhia. O primeiro passo foi a identificação dos principais fatores que têm potencial de gerar prejuízos nos resultados, que resumiu-se à taxa de câmbio. A análise partiu de um cenário base, representado pelo valor contábil das operações, ou seja, considerando a taxa de venda de 31 de dezembro de 2015 e os juros acumulados no exercício. Adicionalmente, foram traçados três cenários, I, II e III, que representam, respectivamente, o cenário provável e os possíveis cenários de deterioração de 25% e 50% na variável de risco.

Para realizar a análise, a Companhia utiliza como premissa do cenário provável a taxa de câmbio do final de 2015 divulgada no último Relatório Focus – Bacen anterior ao fechamento do

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

exercício. A partir da taxa de câmbio provável, são gerados os cenários de deterioração de 25% e 50% da variável de risco.

As tabelas abaixo representam a análise de sensibilidade envolvendo o efeito líquido resultante destes choques nas taxas de câmbio para os anos de 2015 e 2014, respectivamente.

Risco de apreciação do Dólar - 2015

R\$ milhões

| Operação | Cenário Provável I | Cenário II | Cenário III |
|---|--------------------|------------|-------------|
| Hedge - Ponta Ativa de Swap | 52,8 | 187,9 | 375,8 |
| Dívida em US\$ | (52,6) | (187,2) | (374,5) |
| Risco Líquido da Operação aumento US\$ | 0,2 | 0,7 | 1,3 |

Risco de apreciação do Dólar - 2014

R\$ milhões

| Operação | Cenário Provável I | Cenário II | Cenário III |
|---|--------------------|--------------|---------------|
| Hedge - Ponta Ativa de Swap | 27,1 | 131,7 | 263,5 |
| Dívida em US\$ | (28,7) | (139,6) | (279,3) |
| Risco Líquido da Operação aumento US\$ | (1,6) | (7,9) | (15,8) |

| | Exposição (R\$ milhões) | Exposição provável (R\$ milhões) | Real | Taxa esperada | Impacto | |
|------------------------------|-------------------------------|---|--------|------------------|---------|------|
| | | | | | 25% | 50% |
| Ponta Ativa de Swap em Dólar | 699 | 752 | 3,9048 | 4,20 | 5,25 | 6,30 |
| Dívida em Dólar | (696) | (749) | 3,9048 | 4,20 | 5,25 | 6,30 |

Estas transações estão primariamente denominadas em Real e Dólar.

(c) Risco de crédito

Refere-se à possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

| | 2015 | 2014 |
|---|------------------|----------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 627.625 | 221.085 |
| Caixa restrito | 43.850 | 45.821 |
| Contas a receber | 74.095 | 57.239 |
| Partes relacionadas | 199.709 | 213.047 |
| Instrumentos financeiros derivativos - swap | 269.633 | 115.851 |
| Total | 1.214.912 | 653.043 |



**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(i) Contas a receber

A Companhia possui suas contas a receber concentradas em alguns grandes clientes, que também são suas partes relacionadas (Nota 8), representando, em 31 de dezembro de 2015, 72,94% do contas a receber total (78,94% em 2014).

Tais clientes demandam transporte de cargas consideradas “cativas” e possuem a mesma política de crédito, determinada nos respectivos contratos de prestação de serviços. Para estes clientes, o risco de crédito é relativamente baixo em função dos mecanismos mitigadores definidos em contrato de prestação de serviços.

Para os clientes com transporte de cargas não “cativas”, a Companhia está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua administração, que visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Nestes casos, a Companhia exerce uma gestão diária de crédito e cobrança. Em caso de inadimplência, a cobrança é realizada com o envolvimento direto dos gestores responsáveis pelos contratos comerciais, podendo até mesmo acarretar na suspensão temporária da prestação do serviço.

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

A Companhia está sujeita a risco de crédito associado às aplicações financeiras que realiza, tendo em vista o risco de insolvência das instituições na qual a Companhia mantém suas aplicações, que pode implicar na perda total ou parcial dos recursos aplicados. Em 31 de dezembro de 2015, o valor em exposição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$627.625 (R\$221.085 em 2014), que estavam alocados em conta corrente ou em aplicações em CDB ou em operações compromissadas que possuíam compromisso formal de recompra pelas instituições financeiras.

(d) Risco de liquidez

A operação da Companhia é intensa em capital e parte desse investimento é financiado por empréstimos e financiamentos. Esta alavancagem, conforme mostrada no quadro abaixo, gera uma demanda por caixa, sendo certo que o investimento da Companhia possui elevada resiliência, ou seja, sendo possível ajustá-lo ao longo do exercício conforme a evolução dos negócios. Diante desse fato, a Companhia entende que sua posição atual de caixa somada à geração operacional de caixa sejam suficientes para honrar seus compromissos no curto prazo, sendo certo ainda que a Companhia dispõe de limite de crédito disponível e adequado às suas necessidades junto aos principais bancos com os quais possui relacionamento.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2015 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

| | Fluxo de Caixa Esperado | | | | | |
|--|-------------------------|-------------|--------------|------------|------------|-----------------|
| | 31 de dezembro de 2015 | Até 6 meses | 6 - 12 meses | 1 - 2 anos | 2 - 5 anos | Mais que 5 anos |
| Passivos (Ativos) financeiros não derivativos | | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$) | 3.558.432 | 196.404 | 589.566 | 582.881 | 742.899 | 1.446.682 |
| Passivos (Ativos) financeiros derivativos | | | | | | |
| Swaps utilizados para <i>hedge</i> (USD) | (234.701) | (1.401) | (132.702) | - | - | (100.598) |

| | Fluxo de Caixa Esperado | | | | | |
|--|-------------------------|-------------|--------------|------------|------------|-----------------|
| | 31 de dezembro de 2014 | Até 6 meses | 6 - 12 meses | 1 - 2 anos | 2 - 5 anos | Mais que 5 anos |
| Passivos (Ativos) financeiros não derivativos | | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$) | 3.014.650 | 174.777 | 182.238 | 700.864 | 1.656.362 | 300.409 |
| Passivos (Ativos) financeiros derivativos | | | | | | |
| Swaps utilizados para <i>hedge</i> (USD) | (76.529) | 1.417 | (5) | (52.559) | (25.382) | - |

Cabe ressaltar que os passivos financeiros não derivativos que contam com algum tipo de garantia estão discriminados na Nota 18. Os passivos financeiros derivativos não possuem nenhum tipo de garantia.

Gestão do capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente através do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital. A administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A dívida em relação ao capital no final do exercício é apresentada a seguir:

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

| | 2015 | 2014 |
|-----------------------------------|---------------|---------------|
| Total do passivo | 4.938.844 | 4.156.168 |
| (-) Caixa e equivalente de caixa | 627.625 | 221.085 |
| (-) Caixa restrito | 43.850 | 45.821 |
| Dívida líquida | 4.267.369 | 3.889.262 |
| Total do patrimônio líquido | 2.984.124 | 2.847.730 |
| Relação da dívida sobre o capital | 1,4300 | 1,3657 |

20. Dividendos a pagar

O Estatuto Social da Companhia assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido, conforme legislação societária.

| | 2015 | 2014 |
|---|----------------|----------------|
| Lucro líquido do exercício | 295.798 | 378.761 |
| Apropriação para reserva legal | (14.790) | (18.938) |
| Lucro líquido base para determinação do dividendo | 281.008 | 359.823 |
| Dividendos mínimos obrigatórios – 25% | 70.252 | 89.956 |
| Dividendos a pagar de exercícios anteriores | 146 | 157 |
| Total dos dividendos a pagar | 70.398 | 90.113 |

21. Concessão e arrendamento a pagar

| | 2015 | 2014 |
|----------------------|----------------|----------------|
| Concessão a pagar | 6.525 | 6.287 |
| Arrendamento a pagar | 123.969 | 119.461 |
| | 130.494 | 125.748 |
| Circulante | 61.785 | 56.861 |
| Não circulante | 68.709 | 68.887 |

Referem-se ao reconhecimento das obrigações a pagar pela concessão e arrendamento incorridos até esta data. As obrigações do passivo circulante são registradas linearmente, pelo regime de competência e de acordo com os prazos do contrato (360 meses) tendo como contrapartida os custos dos serviços prestados. O valor registrado no passivo não circulante refere-se ao período de carência que foi apropriado no resultado de acordo com o regime de competência e está sendo liquidado em cada uma das parcelas pagas trimestralmente.

Os contratos de concessão e arrendamento têm natureza executória e prevêem que para a exploração dos serviços de transporte ferroviário e arrendamento da malha e dos bens

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015****Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

destinados à prestação desses serviços, a Companhia pagará o total em 116 parcelas trimestrais, vencíveis nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2015 restavam 43 parcelas trimestrais de R\$77.910, totalizando o montante de R\$3.350.130. Estes valores já incluem a capitalização dos juros contratuais de 10% ao ano e a atualização monetária até 31 de dezembro de 2015, com base no último índice contratual, IGP-DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna.

O fluxo de pagamentos futuros de concessão e arrendamento é como segue:

| | 2016 | Em até 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
|--------------|----------------|----------------------|---------------------------|------------------|
| Concessão | 15.580 | 77.900 | 74.005 | 167.485 |
| Arrendamento | 296.060 | 1.480.300 | 1.406.285 | 3.182.645 |
| | 311.640 | 1.558.200 | 1.480.290 | 3.350.130 |

Em janeiro de 2016, a Companhia efetuou o pagamento da 74ª parcela do arrendamento e da concessão, no montante de R\$77.910 (R\$74.015 e R\$3.895, respectivamente).

22. Imposto de renda e contribuição social

(a) Tributos sobre o lucro

| | 2015 | 2014 |
|---|----------------|----------------|
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 451.738 | 575.657 |
| Alíquota nominal | 34% | 34% |
| IRPJ/CSLL pela alíquota nominal: | 153.591 | 195.723 |
| Ajustes para refletir a alíquota efetiva: | 2.349 | 1.173 |
| Ajuste de estoque | (167) | 1.960 |
| Despesas com doações | 352 | 531 |
| Perda com investimento audiovisual | 355 | 145 |
| Despesa com projeto empresa cidadã | 123 | 164 |
| Bônus da diretoria executiva | 1.736 | 2.022 |
| Incentivos fiscais (PAT, Rouanet, FIA, Esporte e Audiovisual) | (5.166) | (6.100) |
| Ganho passivo atuarial plano de saúde | - | 788 |
| Outros | 5.116 | 1.663 |
| IRPJ/CSLL no resultado do exercício | 155.940 | 196.896 |
| Corrente | 123.208 | 149.484 |
| Diferido | 32.732 | 47.412 |
| IRPJ/CSLL no resultado do exercício | 155.940 | 196.896 |
| Alíquota fiscal efetiva total | 34,52% | 34,21% |
| Alíquota fiscal efetiva total – correntes | 27,27% | 25,97% |
| Alíquota fiscal efetiva total – diferidos | 7,25% | 8,24% |

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos tributários diferidos registrados no ativo e passivo foram apurados sobre as diferenças temporárias e estão demonstrados a seguir:

| | 2015 | 2014 |
|--|------------------|------------------|
| | IRPJ/CSLL | IRPJ/CSLL |
| Ativo | | |
| Provisão contingências | 83.287 | 42.795 |
| Provisões diversas | 47.101 | 36.076 |
| Provisão perda ativos | 8.280 | 6.640 |
| Provisão perda ICMS | 9.192 | 1.895 |
| Passivo plano de saúde | 863 | 887 |
| Outros | 113 | 123 |
| Total ativo | 148.836 | 88.416 |
| Passivo | | |
| Depreciação | 230.874 | 205.038 |
| Depreciação acelerada vagões e locomotivas | 105.427 | 96.425 |
| Capitalização de juros | 29.079 | 31.590 |
| Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i> | 93.554 | 30.423 |
| P&D depreciação acelerada 2008 / 2009 / 2012 Lei 11.196/05 | 9.923 | 12.191 |
| Ganho passivo atuarial plano de saúde | 3.685 | 4.023 |
| Outros | 435 | 473 |
| Total passivo | 472.977 | 380.163 |
| Total líquido | 324.141 | 291.747 |

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias estão previstos para serem compensados na medida da liquidação das contingências e demais adições temporárias dedutíveis.

O valor de R\$472.977 referente ao passivo diferido contempla a parcela de desconstituição (amortização) dos ajustes decorrentes do RTT – Regime Tributário de Transição. Em virtude desses ajustes a Companhia constituiu IRPJ/CSLL diferido das diferenças entre o resultado societário e fiscal, no valor de R\$241.001, o qual está sendo desconstituído pelo prazo remanescente do contrato de concessão conforme regras prescritas nos artigos 69 da Lei 12.793/14 e 174 da Instrução Normativa RFB nº 1515/14.

O valor amortizado em 2015 foi de R\$20.224, perfazendo um saldo de R\$220.777 em dezembro de 2015.

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

| | 2015 | 2014 |
|--|----------------|----------------|
| Em 1º Janeiro | 291.747 | 243.547 |
| Provisão contingências | (40.492) | (5.361) |
| Provisões diversas | (11.025) | (18.267) |
| Provisão ganhos/perdas financeiras | - | (16.396) |
| Provisão plano de saúde | 24 | 499 |
| Provisão perda ativos | (1.640) | 4.337 |
| Provisão perda ICMS | (7.297) | 2.717 |
| Depreciação | 25.836 | 41.403 |
| Depreciação acelerada vagões e locomotivas | 9.002 | 6.560 |
| Capitalização de juros | (2.511) | 4.213 |
| Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i> | 63.131 | 29.520 |
| Ganho passivo atuarial plano de saúde | (338) | 788 |
| P&D depreciação acelerada 2008/2009/2012 Lei 11.196/05 | (2.268) | (1.756) |
| Outros | (28) | (57) |
| Em 31 de Dezembro | 324.141 | 291.747 |

23. Provisões

As provisões estão compostas da seguinte forma:

| | | 2015 | 2014 |
|--|-------------|----------------|----------------|
| Provisões para contingências | 23.1 | 244.961 | 125.868 |
| Provisões para benefícios pós emprego | 23.2 | 3.320 | 3.459 |
| Provisão ILP (Incentivos de Longo Prazo) | | 6.214 | 3.686 |
| Provisões para acidentes ferroviários | | 3.434 | 6.014 |
| Outras provisões | | 18.289 | 11.589 |
| | | 276.218 | 150.616 |
| | | | |
| Circulante | | 23.488 | 24.383 |
| Não circulante | | 252.730 | 126.233 |

23.1 Provisões para contingências

As provisões para contingências passivas estão registradas no passivo não circulante e estão compostas como segue:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

| | Previdenciárias e trabalhistas | Cíveis | Fiscais | Total de passivos provisionados |
|----------------------------------|---|---------------|----------------|--|
| Em 31 de dezembro de 2013 | 71.493 | 38.048 | 559 | 110.100 |
| Adições | 29.975 | 2.560 | - | 32.535 |
| Atualizações | 1.385 | 632 | 478 | 2.495 |
| Baixas | (12.763) | (5.462) | (1.037) | (19.262) |
| Em 31 de dezembro de 2014 | 90.090 | 35.778 | - | 125.868 |
| Adições | 29.271 | 37.376 | 108.379 | 175.026 |
| Atualizações | 4.578 | 2.421 | - | 6.999 |
| Baixas | (57.284) | (5.648) | - | (62.932) |
| Em 31 de dezembro de 2015 | 66.655 | 69.927 | 108.379 | 244.961 |

Considerando os depósitos e bloqueios realizados no decorrer do processo, e que ainda encontram-se pendentes, o impacto futuro esperado em caixa esta composto como segue:

| | | 2015 | | | | |
|--------------------------------|-----|------------------------|--------------------|--------------|-----------|------------------|
| | | Quantidade de ações | Valor envolvido | Provisão (*) | Depósitos | Valor líquido |
| Previdenciárias e trabalhistas | (a) | 1.454 | 176.421 | 66.655 | (28.602) | 38.053 |
| Cíveis | (b) | 1.060 | 399.171 | 69.927 | (14.612) | 55.315 |
| Fiscais | (c) | 148 | 400.436 | 108.379 | (16.657) | 91.722 |
| Ambientais | (d) | 9 | 637 | - | (1.732) | (1.732) |
| Outras | (e) | 3 | - | - | - | - |
| | | 2.674 | 976.665 | 244.961 | (61.603) | 183.358 |

(*) Esse montante não incluiu as contingências de responsabilidade da RFFSA, dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme Edital de Desestatização, item 7.2.

(a) Previdenciárias e trabalhistas

As ações previdenciárias e trabalhistas pleiteiam, em sua maioria, a cobrança de horas extraordinárias e adicionais de periculosidade e insalubridade.

No ano de 2015, foi provisionado um total de R\$29.271. Deste total, R\$6.621 refere-se a três ações ajuizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transporte e Manutenção em Equipamentos Ferroviários de Conselheiro Lafaiete - SINTEFCL, as quais versam sobre (i) diferença de adicional noturno e de horas extras; (ii) reclassificação da categoria, pagamento das horas de passe e de prontidão como se extras e; (iii) diferença de horas extras, e R\$1.141 se refere a uma ação ajuizada por dois reclamantes, que versa sobre o pagamento de horas extras excedentes.

As demais adições de provisão não ultrapassam, individualmente, o valor de R\$576.

Nesse período foram realizadas baixas de provisões no valor total de R\$57.284, sendo que, deste total, as principais são: (i) R\$29.294 referem-se a ajustes nos saldos das provisões decorrentes de mudanças nas estimativas; (ii) R\$5.465 são referentes à reversão de provisões não utilizadas em processos encerrados; (iii) R\$5.372 decorrem dos acordos celebrados em

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

ações ajuizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas na Área de Transporte e Manutenção em Equipamentos Ferroviários de Conselheiro Lafaiete (SINTEFCL), que versam, sobre diferença de horas extras e aplicabilidade do turno de 6 horas para maquinistas; (iv) R\$4.564 decorrem das perdas efetivas em processos encerrados; (v) R\$3.500 se deve a uma baixa na provisão de uma das ações ajuizadas pelo SINTEFCL, em função de decisão modificativa proferida por instância superior; (vi) R\$1.456 referem-se à mudança de prognóstico e ajustes decorrentes da adequação das provisões às decisões modificativas posteriormente proferidas; (vii) R\$1.000 decorre do pagamento de parcela do acordo celebrado em ação de execução de TAC (Termo de Ajuste de Conduta) proposta pelo MPT/BH e (viii) R\$653 decorre de acordo celebrado em ação ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona da Central do Brasil (STEFZCB), que versa sobre monocondução.

(b) Cíveis

Atualmente, na esfera cível, a Companhia é parte em 1.060 ações, onde atua como ré em 977 e como autora/confrontante/interessada em 83.

As ações em que a Companhia atua como ré, versam sobre responsabilidade civil por acidentes ferroviários; paralisação de tráfego ferroviário em Conselheiro Lafaiete (MG); legalidade da cobrança por interferências de terceiros em áreas de faixa de domínio; contratos de concessão e arrendamento, a Ações Cíveis Públicas; e ações envolvendo o Clube de Investimento dos Ferroviários da Malha Sudeste – SUDFER.

Do total de R\$37.376 adicionados no ano de 2015, relativos aos processos com prognóstico de perda provável, destacamos: R\$10.370 referente a cobrança de valores decorrentes do contrato de arrendamento com a RFFSA; R\$15.129 referente a Processo Arbitral com Ebate Construtora Ltda.; e R\$2.782 do processo referente a acidente ferroviário.

As ações em que a Companhia atua como autora/confrontante/interessada, versam sobre responsabilidade contratual, ações de cobrança pelo uso da faixa de domínio, usucapião e reintegração de posse.

A baixa de provisão cível ocorrida no período foi de R\$5.648, sendo que, deste valor, R\$4.500 refere-se ao Procedimento Arbitral com a Construtora Terraço.

A Companhia possui seguro com cobertura de danos corporais, danos materiais, morais e prejuízos causados a terceiros, cujo valor da franquia é atualmente de R\$1.000 por sinistro.

(c) Fiscais

Os processos fiscais em curso versam sobre o questionamento da exigência de recolhimento (i) de glosa de créditos de ICMS incidente sobre bens de uso e consumo; (ii) de IPTU sobre bens imóveis operacionais arrendados da extinta RFFSA; (iii) de PIS e COFINS sobre a importação de bens (trilhos e locomotivas), decorrentes do direito ao enquadramento da Companhia dentre os beneficiários do REPORTE (importação com a suspensão do PIS e da COFINS); (iv) de PIS e COFINS sobre a partilha de fretes a pagar (receita de terceiros incluída em nosso faturamento) e (v) exclusão de valores da base de cálculo do PIS e da COFINS.

A composição das provisões fiscais com prognóstico de perda provável, no valor total de R\$108.379, está composta conforme a seguir:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- ICMS – Estado do Rio de Janeiro: o valor de R\$61.471 provisionado em 2015, refere-se a glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo. O processo aguarda julgamento definitivo.
- ICMS – Estado de São Paulo: o valor de R\$40.800 provisionado em 2015, refere-se a glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo. O processo aguarda julgamento definitivo.
- Mandado de Segurança para enquadramento nos benefícios do REPORTE: o valor de R\$6.108 provisionado em 2015, refere-se ao reconhecimento da aplicação dos benefícios do REPORTE à importação de locomotivas. O processo aguarda julgamento definitivo.

A Companhia é parte em outros processos para os quais, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas possíveis. O valor de R\$105.476 em 2015 (R\$96.442 em 2014) referente a contingência, está composto conforme abaixo:

- ICMS – glosa por utilização de regime presumido para cálculo de ICMS na venda de sucatas: R\$566 em 2015 (R\$559 em 2014) refere-se às autuações realizadas pelo fisco de Minas Gerais por discordância na utilização do regime de crédito presumido conferido à Companhia para o recolhimento de ICMS decorrente da venda de sucatas. O processo aguarda julgamento definitivo.
 - IPTU sobre bens imóveis operacionais arrendados da extinta Rede Ferroviária Federal S. A.: R\$20.470 em 2015 (R\$12.580 em 2014) refere-se a processos administrativos e judiciais relativos à cobrança do IPTU sobre imóveis operacionais arrendados da extinta RFFSA. Tais demandas aguardam julgamento, pelo STF, de recurso extraordinário com reconhecimento de repercussão geral.
 - PIS e COFINS sobre partilhas de fretes: R\$12.276 em 2015 (R\$11.441 em 2014), refere-se a diferença no recolhimento do PIS e da COFINS em função da exclusão dos valores transferidos a terceiros a título de tráfego mútuo da sua base de cálculo. O processo aguarda julgamento definitivo.
 - PIS e COFINS variação cambial: R\$28.352 em 2015 (R\$28.977 em 2014), refere-se a exclusão dos valores decorrentes de variação cambial da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo aguarda julgamento de apelação que julgou em favor da Companhia a exclusão de valores da base de cálculo da COFINS. Aguarda-se apreciação quanto ao PIS.
 - Execução Fiscal – PIS e COFINS: R\$11.142 em 2015 (R\$12.287 em 2014), refere-se a cobrança judicial de débitos de PIS e COFINS objeto de Certidões de Dívida Ativa, originadas de processos administrativos. A decisão ainda é passível de modificação por meio de recurso.
 - Execução Fiscal – PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IRRF: R\$20.930 em 2015 (R\$20.125 em 2014), refere-se à execução Fiscal contra a Companhia, relativa a 05 Certidões de Dívida Ativa que versavam sobre PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IRRF. Prolatada sentença acolhendo o pleito da Companhia, aguarda-se o julgamento da apelação.
 - Mandados de Segurança PIS/COFINS: Refere-se a mandados de segurança impetrados nos estados de MG/RJ/SP para que o cálculo dos valores devidos a título de PIS/COFINS importação fossem realizados sem a incidência do ICMS pelo desembaraço aduaneiro. O processo aguarda julgamento final das causas junto às instâncias recursais.
 - Manifestação de Inconformidade – CSLL: R\$468 em 2015 (R\$429 em 2014). A Receita Federal do Brasil homologou apenas parcialmente o pedido de compensação de créditos decorrentes de pagamento a maior de CSLL. A Companhia interpôs manifestação de inconformidade, que se encontra pendente de julgamento.
 - Multa administrativa por ausência de licença de construção – Prefeitura de Barra Mansa: R\$11.272 em 2015 (R\$10.044 em 2014), refere-se a cobrança de multas administrativas aplicadas por motivo de realização de obras na linha férrea, no Município de Barra Mansa, sem a obtenção de licença prévia. Prolatado acórdão que reconheceu, parcialmente, a incorreção das multas aplicadas, aguarda-se o julgamento definitivo.
-

(d) Ambientais

O prognóstico de perda dos processos que versam sobre matéria ambiental é considerado 'possível' pelos consultores jurídicos, não sendo, portanto objeto de provisão.

(e) Outras

A Companhia tem 3 Termos de Ajustamento de Conduta (TAC's) firmados e vigentes, sendo um decorrente de matéria trabalhista, um de matéria cível e um de matéria ambiental. O TAC de matéria trabalhista visa garantir aos dirigentes sindicais o pleno exercício das atividades que tem por objeto a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria profissional. O cível versa sobre a construção de passarelas e viadutos sobre a linha férrea, no município de Congonhas/MG. O TAC de matéria ambiental contempla os serviços de plantio e manutenção de muda de árvores nativas da mata atlântica em Juiz de Fora/MG. Para tais casos não foram constituídas provisões.

23.2 Provisões para benefícios pós emprego

| | 2015 | 2014 |
|-----------------------------------|--------------|--------------|
| Plano de previdência complementar | 66 | 89 |
| Plano de assistência médica | 3.254 | 3.370 |
| | 3.320 | 3.459 |

Plano de previdência complementar

A Companhia patrocina plano de previdência complementar aos colaboradores por intermédio de um plano de previdência administrado pela Bradesco Vida e Previdência. O plano de previdência complementar, criado em 01 de julho de 1999, é elegível para todos os colaboradores da MRS a partir da data de criação do plano. O plano é de contribuição definida e a Companhia não tem obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. O custeio é paritário de modo que a parcela da Companhia equivale a 100% daquela efetuada pelo colaborador de acordo com uma escala de contribuição embasada em faixas salariais.

O plano requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. Os ativos do plano são mantidos por uma entidade aberta de previdência complementar, não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia.

As contribuições realizadas pela Companhia totalizaram R\$7.380 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$13.949 em 2014), as quais foram registradas como despesa do exercício.

Em 31 de dezembro de 2015, existiam passivos em nome da Companhia, decorrentes do plano de previdência complementar no valor de R\$66 (R\$89 em 2014), as quais foram devidamente provisionadas e estão registradas no passivo não circulante.

Plano de assistência médica

A Companhia mantém um plano de assistência médica pós-emprego para um grupo determinado de ex-colaboradores e respectivos cônjuges administrado junto à Seguradora

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

Bradesco Saúde. O plano tem como política a participação parcial de cada colaborador (contribuições fixas mensais), através do modelo de pós-pagamento. Em função da adoção desta política, a extensão deste benefício está garantida ao colaborador e seu grupo familiar após a demissão e aposentadoria (período pós-emprego) conforme os artigos nº. 30 e 31 da Lei 9.656/98, respectivamente, e a Resolução Normativa RN nº 279 de 24 de novembro de 2011.

A Companhia oferece também um plano de pós-pagamento administrado pela Unimed Juiz de Fora. Entretanto, não há usuários aposentados ou demitidos durante o período pós-emprego e a expectativa de adesão dos futuros usuários aposentados é nula.

Em 31 de dezembro de 2015, o plano contava com 16.416 vidas na Bradesco Saúde e 575 na Unimed Juiz de Fora, totalizando 16.991 vidas.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido como Ajuste de Avaliação Patrimonial e na Demonstração do Resultado Abrangente, conforme determina o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

As contribuições realizadas pela Companhia ao plano de assistência médica administrado pela Bradesco Saúde S.A e Unimed totalizaram R\$28.231 em 31 de dezembro de 2015 (R\$27.086 em 31 de dezembro de 2014).

Em 31 de dezembro de 2015, existiam passivos atuariais em nome da Companhia, decorrentes do plano de saúde no valor de R\$3.254 (R\$3.370 em 2014), os quais foram devidamente provisionados no passivo não circulante.

a. Conciliação do passivo atuarial líquido reconhecido no balanço patrimonial:

| | 2015 | 2014 |
|---|--------------|--------------|
| Passivo atuarial líquido em 1º de janeiro | 3.370 | 4.848 |
| Despesa reconhecida no exercício | 348 | 840 |
| Ganho nas obrigações | (464) | (2.318) |
| Passivo atuarial em 31 de dezembro | 3.254 | 3.370 |

b. Movimentação do passivo atuarial:

| | 2015 | 2014 |
|--|--------------|--------------|
| Passivo atuarial no início do exercício | 3.370 | 4.848 |
| Custo do serviço corrente | 259 | 570 |
| Juros sobre a obrigação atuarial | 374 | 540 |
| Benefício pago diretamente ao plano | (285) | (270) |
| Ganho - redimensionamento do custo incluído em outros resultados abrangentes | (464) | (2.318) |
| Passivo atuarial em 31 de dezembro | 3.254 | 3.370 |

c. Despesa a ser reconhecida na demonstração do resultado do próximo exercício:

| | 2016 |
|-------------------------------------|-------------|
| Custo do serviço corrente | 198 |
| Juros sobre as obrigações atuariais | 411 |
| Total da despesa a ser reconhecida | 609 |

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

d. Premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial:

| | |
|----------------------------|--|
| Taxa de desconto | 7,40% a.a. |
| Inflação de longo prazo | 5,50% a.a. |
| Inflação médica (HCCTR) | 3,0% a.a. |
| Fator de envelhecimento | De 0 a 24 anos: 0,5% a.a. De 25 a 54 anos: 2% a.a. De 55 a 79 anos: 4,5% a.a. Acima de 80 anos: 3% a.a. |
| Tábua de mortalidade geral | AT-2000 |

As hipóteses atuariais e econômicas alteradas na avaliação do exercício de 2015, quando comparadas com as utilizadas na avaliação de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi a taxa real de desconto da obrigação atuarial, que segue o comportamento dos títulos do governo.

Seguro de vida

Os funcionários participam de seguro de vida em grupo garantido pela Itaú Seguros. Em 2015, a Companhia contribuiu com R\$658 (R\$529 em 2014) com seguro de vida de seus funcionários.

24. Patrimônio líquido

(a) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado, no montante de R\$1.392.974 (R\$1.275.558 em 2014), está dividido em 340.000.000 ações escriturais sem valor nominal, divididas em ordinárias e preferenciais classes "A" e "B".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o capital autorizado é de R\$2.500.000.

De acordo com o Edital de Desestatização e o Estatuto Social da MRS, nenhum acionista pode deter participação societária superior a 20% do capital votante. Se este limite for ultrapassado, por determinação da ANTT, o acionista renunciará ao direito de voto e de veto inerente às ações que ultrapassarem este limite.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 18 de março de 2015, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$117.416 utilizando parte das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores.

Em 31 de dezembro de 2015, a participação no capital social da Companhia era conforme segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

| Acionista | Ações Ordinárias | | Ações Preferenciais | | Capital Total | |
|---|--------------------|----------------|---------------------|----------------|--------------------|----------------|
| | Nº de ações | % | Nº de ações | % | Nº de ações | % |
| Minerações Brasileiras Reunidas S.A. | 37.666.526 | 20,00% | 74.301.916 | 48,99% | 111.968.442 | 32,93% |
| Companhia Siderúrgica Nacional | 26.611.282 | 14,13% | 36.765.916 | 24,23% | 63.377.198 | 18,65% |
| Congonhas Mineração S.A. | 25.802.872 | 13,70% | 3.536.000 | 2,33% | 29.338.872 | 8,63% |
| Usiminas Participações e Logística S.A. | 37.513.650 | 19,92% | 342.805 | 0,23% | 37.856.455 | 11,13% |
| Vale S.A. | 36.270.700 | 19,26% | 769.304 | 0,51% | 37.040.004 | 10,89% |
| Gerdau S.A. | 4.460.128 | 2,37% | 0 | 0,00% | 4.460.128 | 1,31% |
| Nacional Minérios S.A. | 0 | 0,00% | 34.000.000 | 22,42% | 34.000.000 | 10,00% |
| Minoritários | 20.007.529 | 10,62% | 1.951.372 | 1,29% | 21.958.901 | 6,46% |
| | 188.332.687 | 100,00% | 151.667.313 | 100,00% | 340.000.000 | 100,00% |

(b) Direito das ações

Os detentores das ações ordinárias terão direito a voto nas deliberações das assembleias gerais; os de ações preferenciais (classes A e B) terão direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, não terão direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

As preferenciais da classe B são, por iniciativa do acionista que as detiver, conversíveis em ações ordinárias, na proporção de uma para cada ação ordinária. Tal conversão poderá ser realizada a qualquer tempo, observadas as condições previstas no Estatuto Social.

Embora sem direito de voto, as ações preferenciais classe B terão direito de eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração, enquanto representarem um mínimo de 25% da totalidade do capital social.

(c) Reserva de lucros – reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da Reserva Legal era de R\$225.345 (R\$210.555 em 2014).

(d) Reserva de lucros – reserva para investimentos

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2015 foi aprovada a distribuição de dividendos extraordinários, no valor de R\$35.982, utilizando parte do saldo da reserva para investimento, os quais foram pagos em 29 de dezembro de 2015.

A administração propôs a retenção dos lucros acumulados remanescentes para expansão no valor de R\$210.756, visando o suprimento de recursos necessários ao cumprimento do orçamento de investimentos de capital da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da Reserva para Investimentos era de R\$1.262.411 (R\$1.182.419 em 2014).

(e) Dividendo adicional proposto

Em 2014, a parcela dos dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$53.973, declarada pela administração após o exercício contábil a que se referem às

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, não foi registrada como passivo, porém foi aprovada na AGO de 28 de abril de 2015.

(f) Ajustes de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial refere-se aos ganhos atuariais do plano de saúde, apurados em conformidade com o CPC 33 (R1).

| | Ganhos atuariais | IRPJ/CSLL | Total |
|----------------------------------|-----------------------------|------------------|--------------|
| Em 31 de dezembro de 2013 | 9.514 | (3.235) | 6.279 |
| Adições | 2.318 | (788) | 1.530 |
| Baixas | - | - | - |
| Em 31 de dezembro de 2014 | 11.832 | (4.023) | 7.809 |
| Adições | 464 | - | 464 |
| Baixas | - | 339 | 339 |
| Em 31 de dezembro de 2015 | 12.296 | (3.684) | 8.612 |

25. Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (em milhares de reais, exceto valores por ação):

| | 2015 | 2014 |
|--|----------------|----------------|
| Numerador | | |
| Lucro líquido do exercício | 295.798 | 378.761 |
| Denominador | | |
| Média ponderada de ações ordinárias | 188.333 | 188.333 |
| Média ponderada de ações preferenciais - A | 82.076 | 82.076 |
| Média ponderada de ações preferenciais - B | 69.591 | 69.591 |
| 10% - Ações preferenciais | 1,1 | 1,1 |
| Média ponderada de ações preferenciais ajustadas | 166.834 | 166.834 |
| Denominador para lucros básicos por ação | 355.167 | 355.167 |
| Lucro básico por ação ordinária | 0,83 | 1,07 |
| 10% - Ações preferenciais | 1,1 | 1,1 |
| Lucro básico e diluído por ação preferencial - A | 0,92 | 1,17 |
| Lucro básico e diluído por ação preferencial - B | 0,92 | 1,17 |

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

26. Receita dos serviços prestados

| | 2015 | 2014 |
|--|-----------------------------|-----------------------------|
| <u>Receita operacional bruta</u> | | |
| Serviços de transporte | 2.629.849 | 2.479.125 |
| Partilha de fretes | 106.456 | 95.836 |
| Receitas acessórias de transporte | 766.301 | 805.874 |
| | <u>3.502.606</u> | <u>3.380.835</u> |
| <u>(-) Deduções sobre vendas</u> | | |
| ICMS | (115.165) | (113.234) |
| COFINS | (145.700) | (139.940) |
| PIS | (31.632) | (30.381) |
| INSS (*) | (37.034) | (34.009) |
| ISS | (331) | (210) |
| | <u>(329.862)</u> | <u>(317.774)</u> |
| Receita líquida de serviços | <u>3.172.744</u> | <u>3.063.061</u> |

(*) Lei 13.161/15 – Alteração das alíquotas incidentes na Desoneração da Folha de Pagamento – Em edição extra do Diário Oficial da União de 31/08/2015, divulgada em 01/09/2015, foi publicada a Lei nº 13.161/15 a qual, dentre outros assuntos, implementou alterações na legislação da desoneração da folha de pagamento (CPRB – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta). A partir de 1º de dezembro de 2015 a alíquota da Contribuição Previdenciária calculada sobre a Receita Bruta passou de 1,0% para 1,5%.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

27. Despesas por natureza

| | 2015 | 2014 |
|--|---------------------------|---------------------------|
| Combustíveis/lubrificantes | (533.027) | (511.426) |
| Depreciação/amortização | (515.408) | (447.457) |
| Mão-de-obra e encargos sociais | (387.122) | (361.525) |
| Custo da concessão/arrendamento | (272.950) | (255.690) |
| Serviços de terceiros | (186.874) | (189.308) |
| Insumos/outros materiais | (136.774) | (166.847) |
| Benefícios a empregados | (94.191) | (98.646) |
| Crédito presumido ICMS MG | 73.359 | 75.418 |
| Outros gastos com pessoal | (64.033) | (73.106) |
| Partilhas de fretes | (68.330) | (62.639) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa 7. | - | (51.793) |
| Custos acessórios de transporte | (31.886) | (26.773) |
| Aluguel veículos e equipamentos operacionais | (15.991) | (17.934) |
| Despesas com seguro | (11.910) | (8.555) |
| Honorários da administração | (3.617) | (3.700) |
| Outros | (63.129) | (88.897) |
| | <u>(2.311.883)</u> | <u>(2.288.878)</u> |
| Custo dos serviços prestados | (2.095.614) | (2.014.374) |
| Despesas com vendas | (10.322) | (61.971) |
| Despesas gerais e administrativas | (205.947) | (212.533) |
| | <u>(2.311.883)</u> | <u>(2.288.878)</u> |

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

28. Outras receitas e outras despesas operacionais

| | | 2015 | 2014 |
|---|------|------------------|------------------|
| <u>Outras receitas operacionais</u> | | | |
| Receitas alternativas | (a) | 40.345 | 39.046 |
| Venda de materiais (sucata/excesso estoque) | | 24.598 | 38.258 |
| Multas contratuais | | 61.847 | 77.494 |
| Seguros | | 318 | 20.204 |
| Prestação de serviços a terceiros | | 5.007 | 5.782 |
| Reversão de provisão para perda de ativos circulantes | (b) | 2.320 | 15.252 |
| Reversão de provisão para perda de ativos não circulantes | (c) | 443 | 13.764 |
| Ressarcimento de gastos com acidentes | | 9.407 | - |
| Outras receitas | | 6.631 | 5.628 |
| | | 150.916 | 215.428 |
| <u>Outras despesas operacionais</u> | | | |
| Provisão para perda de créditos de ICMS | (d) | (21.460) | - |
| Provisão para perda de ativos circulantes | | - | (8.275) |
| Provisão para perda de ativos não circulantes | | (440) | - |
| Provisão para doação de ativos | 14 | (16.875) | - |
| Provisões para contingências | 23.1 | (118.330) | (15.003) |
| Outras provisões passivas | | 1.991 | (8.631) |
| Perda tributos | | (39.425) | (55.893) |
| Impostos sobre vendas | | (14.764) | (17.724) |
| Demais despesas tributárias | | (15.408) | (31.352) |
| Execuções por perdas processuais | | (22.094) | (15.590) |
| Custo das receitas alternativas | (a) | (6.485) | (6.485) |
| Convênio com municípios | | (5.431) | (8.239) |
| Custo na venda de materiais (sucata/excesso estoque) | | (753) | (9.033) |
| Custo prestação de serviços a terceiros | | (3.009) | (6.943) |
| Doações | | (1.036) | (1.712) |
| Baixa de ativo imobilizado | | (8.135) | (15.961) |
| Ajuste/baixa de estoque | | 486 | (5.788) |
| Despesas patrocínio (Lei Rouanet/FIA/Esporte) | | (3.055) | (3.540) |
| Projeto empresa cidadã | | (2.174) | (813) |
| Indenizações | | (18.016) | (872) |
| Outras despesas | | (16.636) | (11.806) |
| | | (311.049) | (223.660) |
| Outras receitas (despesas) operacionais líquidas | | (160.133) | (8.232) |

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015****Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

- (a) Receitas alternativas: por determinação da ANTT, conforme previsto no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte de Cargas, as receitas provenientes de projetos associados à prestação do serviço público concedido e que não se enquadram nas atividades de exploração do transporte ferroviário são classificadas como receitas alternativas.
- (b) O valor de R\$2.320 refere-se a reversão da provisão para perda de estoques obsoletos e de baixo giro.
- (c) O valor de R\$443 refere-se a ajuste de provisão para perda de locomotivas e vagões em processo de substituição junto ao poder concedente.
- (d) O valor de R\$21.460 refere-se ao incremento de provisão para perda de créditos de ICMS.

29. Receitas e despesas financeiras

| | 2015 | 2014 |
|--|------------------|------------------|
| <u>Receitas financeiras</u> | | |
| Variação cambial e monetária | 109.940 | 75.413 |
| Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i> | 260.006 | 89.236 |
| Rendimentos s/ aplicações financeiras | 84.172 | 40.462 |
| Juros | 5.697 | 9.122 |
| Outras receitas financeiras | 1.816 | 3.422 |
| | 461.631 | 217.655 |
| <u>Despesas financeiras</u> | | |
| Variação cambial e monetária | (390.007) | (151.518) |
| Juros | (240.179) | (186.618) |
| Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i> | (71.396) | (61.535) |
| Outras despesas financeiras | (9.039) | (8.278) |
| | (710.621) | (407.949) |
| Resultado financeiro líquido | (248.990) | (190.294) |

30. Informações por segmento

Em função de prestar unicamente serviços de transporte de carga na malha sudeste, para fins contábeis e gerenciais, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. As operações da Companhia são controladas, gerenciadas e monitoradas pela administração de forma integrada.

A Companhia possui certo grau de dependência de seus principais clientes, composta especialmente por seus acionistas. A receita por cliente está assim representada:

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

| Principais Clientes | 2015 | 2014 |
|--|------------------|------------------|
| Vale S.A. | 1.607.675 | 1.479.022 |
| Companhia Siderúrgica Nacional | 673.489 | 660.754 |
| Mineração Usiminas S.A. | 104.031 | 178.384 |
| Congonhas Minérios S.A. | 39.174 | - |
| Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. | 117.858 | 98.920 |
| Gerdau Açominas S.A. | 81.203 | 85.285 |
| Nacional Minérios S.A. | 98.814 | 171.371 |
| Ferrovia Centro Atlântica | 31.725 | 21.792 |
| Gerdau Aços Longos S.A. | 18.194 | 19.384 |
| CSN Cimentos S.A. | 10.639 | 9.625 |
| Gerdau S.A. | 4.065 | 6.766 |
| Outros | 715.739 | 649.532 |
| | 3.502.606 | 3.380.835 |

A Companhia não presta serviços para clientes no mercado externo por possuir área de atuação delimitada à malha sudeste, conforme estabelecido no contrato de concessão.

31. Seguros

A Companhia possui as seguintes apólices de seguros para suas operações:

| Cobertura | Finalidade | Vencimento | LMI | Franquia |
|------------------------|---|------------------------|---------|----------|
| Risco operacional | Cobertura do patrimônio operacional de propriedade da empresa ou sob sua responsabilidade | 29 de dezembro de 2016 | 200.000 | 9.000 |
| Responsabilidade civil | Cobertura contra danos causados a terceiros | 9 de fevereiro de 2016 | 30.000 | 1.000 |
| Transporte de cargas | Cobertura de sinistros com cargas em transporte | 31 de julho de 2016 | 45.000 | 200 |

Observações:

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos e responsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

32. Eventos Subsequentes

Reunião do Conselho de Administração

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 28 de março de 2016, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$94.782 utilizando parte das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Suspensão dos contratos de serviço de transporte ferroviário – partes relacionadas

Em 22 de janeiro de 2016, foi celebrado aditivo contratual entre a MRS, Mineração Usiminas S.A. “MUSA” e Usiminas através do qual as partes suspenderam por tempo indeterminado a execução dos contratos de transporte de minério de ferro. A MUSA assumiu a obrigação de pagar à MRS indenização para remunerar os investimentos realizados em expansão de capacidade para atendimento à demanda contratada a fim de garantir o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos até então firmados.

O valor será pago em 10 parcelas anuais de R\$31.546 perfazendo um total de R\$315.460. O valor presente do fluxo de pagamento é de R\$162.957 em janeiro de 2016.

Rebaixamento do *rating* pela agência de riscos Standard & Poors

Em 17 de fevereiro de 2016, a agência de avaliação de riscos Standard & Poors (“SP”), após ter realizado o rebaixamento do risco soberano do Brasil, rebaixou automaticamente o risco corporativo de diversas empresas brasileiras, por considerar que as mesmas sofrem diretamente a pressão do risco soberano e não podem permanecer com nota de risco superior ao da república. Dessa forma, o *rating* em Escala Nacional da MRS Logística S.A. passou de AA+ para AA-, com perspectiva negativa, o mesmo *rating* atribuído ao risco Soberano.

A MRS possui cláusulas de vencimento antecipado pactuadas em suas 5ª, 6ª e 7ª emissões de debêntures, dentre as quais, encontra-se a condição de não ocorrência, durante a vigência dos contratos, do rebaixamento de sua classificação de risco (*rating*) em 2 *notches* em relação ao *rating* na data de emissão das debêntures, fato ocorrido conforme mencionado acima. Dessa forma, foram convocadas Assembleias Gerais de Debenturistas – AGD para aprovar o não vencimento antecipado das debêntures expostas à cláusula supracitada, mediante proposta de pagamento pela MRS de um prêmio adicional (“*waiver fee*”) da 7ª emissão e do incremento na taxa de remuneração da 5ª e 6ª emissão, respectivamente. Referidas AGDs serão finalizadas no mês de abril de 2016.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Administração: Conselheiros e Diretores

Conselho de Administração

Humberto Ramos de Freitas
Presidente

Alejandro Daniel Laiño
Daniel dos Santos Junior
Fabio Costa Brasileiro da Silva
Guilherme Delgado de Oliveira
Luis Fernando Barbosa Martinez
Mauro de Paula
Patrícia Silva Rodrigues Schell
Rosana Passos de Pádua
Wilfred Theodoor Bruijn

Membros da Diretoria Executiva

Guilherme Segalla de Mello
Diretor Presidente, Comercial e de Operações

Alexandre Claro Fleischhauer
Diretor de Engenharia e de Manutenção

Félix Lopez Cid
Diretor de Recursos Humanos

Fabírcia Gomes de Souza
Diretora de Finanças e de Desenvolvimento

Demais Diretores não integrantes da Diretoria Executiva

Daniel Dias Olivio
Henrique Rocha Martins
Luiz Gustavo Bambini de Assis
